



## **Copel Distribuição S.A.**

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 - 240

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2013**



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## SUMÁRIO

<b>MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE .....</b>	<b>3</b>
<b>1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>5</b>
1.1.Participação no Mercado.....	5
1.2.Copel Distribuição em Números.....	5
1.3.Certificações e Prêmios .....	5
<b>2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....</b>	<b>7</b>
2.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança.....	7
2.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial.....	8
2.3.Referencial Estratégico .....	9
<b>3. DESEMPENHO OPERACIONAL .....</b>	<b>10</b>
3.1.Análise macroeconômica .....	10
3.2.Análise Setorial .....	10
3.3.Desempenho .....	12
3.4.Pesquisa & Desenvolvimento - P&D .....	14
<b>4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....</b>	<b>15</b>
4.1.Receita Operacional Líquida .....	15
4.2.Custos e Despesas Operacionais .....	15
4.3.EBITDA ou LAJIDA .....	16
4.4.Resultado Financeiro .....	16
4.5.Endividamento .....	16
4.6.Prejuízo Líquido .....	17
4.7.Valor Adicionado.....	17
4.8.Inadimplência de Consumidores .....	17
4.9.Programa de Investimentos .....	17
<b>5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>18</b>
5.1.Força de trabalho .....	18
5.2.Fornecedores.....	20
5.3.Clientes.....	21
5.4.Comunidade .....	22
5.5.Educação para sustentabilidade .....	22
5.6.Projetos e Programas Corporativos.....	23
5.7.Meio ambiente .....	25
<b>6. BALANÇO SOCIAL .....</b>	<b>27</b>
<b>7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....</b>	<b>30</b>



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## **MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE**

Apresentamos o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Copel Distribuição S.A., subsidiária integral da Copel, referente ao exercício de 2013.

Um ano que trouxe para a Copel Distribuição o grande desafio de encontrar soluções para a recuperação dos bons resultados financeiros. A estratégia adotada para este projeto teve como fio condutor a redução dos custos sem o comprometimento da qualidade do serviço. Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013 houve a redução de 794 funcionários — o que exigiu, além do aumento de produtividade dos que permaneceram, mudança nos procedimentos operacionais, possibilitada por uma grande reestruturação organizacional orientada aos processos que culminou, também, na redução de 181 postos gerencias.

Apesar da redução no quadro de pessoal, a Copel Distribuição melhorou a sua performance nos principais indicadores operacionais: redução dos níveis de inadimplência, redução de erros na emissão de faturas e melhora no cumprimento dos prazos de atendimentos definidos pela Aneel.

Respondendo a um investimento R\$ 977,1 milhões em 2013 — 20,8% maior que no ano anterior — nosso programa de obras registrou a conexão de duas novas subestações ao sistema elétrico, Afonso Pensa 69 kV e Concórdia 138 kV, e a ampliação de outras três unidades — uma em Curitiba, uma em Quedas do Iguaçu e outra em Foz do Iguaçu. Foram adicionados ainda um total de 173 MVA ao sistema de distribuição a partir de 26 km de novas linhas de transmissão de 69 kV e 138 kV.

Também destacamos neste relatório o bom andamento dos empreendimentos voltados à Copa do Mundo de 2014, que pretendem garantir a qualidade do fornecimento de energia na Região Metropolitana de Curitiba e nos principais destinos turísticos do Paraná durante e após o evento. O sistema elétrico da capital paranaense, em particular, jamais recebeu tantas obras de melhoria e ampliação quanto nos últimos três anos, graças à mobilização para garantir que a Copa transcorra sem riscos de interrupções no fornecimento de energia.

Os empreendimentos incluem novas linhas de distribuição, construção e reforma de subestações, aquisição de geradores e subestações móveis, automatização da rede elétrica e substituição de cabos nus por redes compactas protegidas ou secundárias isoladas. Esta substituição confere maior segurança e continuidade ao fornecimento de energia, além de melhorar a convivência dos cabos com a arborização urbana, já que as redes protegidas ocupam uma área menor e evitam podas drásticas. Desde 2010 a rede compacta é o padrão construtivo preferencial da Copel Distribuição para redes aéreas.

O programa de troca de árvores inadequadas plantadas sob as redes urbanas de energia teve continuidade em 2013 com a assinatura de 12 convênios com prefeituras municipais. Ao todo,



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



foram removidas 1,5 mil árvores que ofereciam riscos às redes de energia e fornecidas 5 mil mudas adequadas à arborização de vias públicas.

No interesse dos clientes atendidos pela Copel Distribuição, cumpre mencionar a ampliação dos canais de acesso disponibilizados para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. A popularização de aparelhos portáteis como celulares, *smartphones* e *tablets* está impulsionando a adesão dos consumidores aos serviços solicitados por meios virtuais na Copel. Em 2013 a empresa registrou uma expressiva migração de seus clientes dos meios tradicionais, como agências e telefone, para canais de atendimento online, que oferecem maior agilidade para a solicitação e acompanhamento de serviços. Ao final do ano, eles já representavam 45% dos atendimentos realizados.

Voltado aos clientes de baixa renda, o programa Luz Fraterna ampliou para o limite de 120 kWh o consumo com direito a isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado, beneficiando 185 mil consumidores mensalmente. O Programa Irrigação Noturna incentiva o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia utilizada à noite para acionamento de sistemas de irrigação, alcançando 3 mil agricultores, e o Programa Tarifa Rural Noturna, que oferece desconto de 60% para uso da energia entre 21h30 e 6h, alcançou 7,4 mil produtores rurais.

Cumpre destacarmos também os resultados do Programa de Eficiência Energética - PEE, que em 2013 aplicou R\$ 30,0 milhões em 57 projetos, que colaboraram para melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, prédios públicos, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais. Em 2013 também foi aberta uma chamada pública para financiamentos de projetos de efficientização de consumidores com ou sem fins lucrativos, com investimento total de R\$ 12,0 milhões.

Por fim, a qualidade dos serviços medida pela pesquisa de satisfação promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee colocou a Copel como destaque entre as distribuidoras do Brasil. Além disso, a Copel Distribuição foi reconhecida como uma das três melhores dentre 53 empresas com mais de 500 mil consumidores de 15 países da América Latina na avaliação da Qualidade e Satisfação de Clientes, medidas pela Comissão de Integração Energética Regional – CIER.

Estes e outras iniciativas e resultados podem ser conferidos na íntegra do Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014

Vlademir Santo Daleffe

Diretor Presidente



COPEL

Copel Distribuição S.A.



## 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora). No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 4,1 milhões de consumidores de energia, em 1.113 localidades pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, a Companhia também opera nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV.

### 1.1. Participação no Mercado

A Copel Distribuição tem participação em 5,9% do mercado brasileiro e 34,1% do mercado da Região Sul. No Paraná, sua participação é estimada em 97,1%.

### 1.2. Copel Distribuição em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2013	2012	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Receita operacional	8.820.912	9.746.831	(9,5)
Deduções da receita	2.859.337	3.854.660	(25,8)
Receita operacional líquida	5.961.575	5.892.171	1,2
Custos e despesas operacionais	6.304.797	5.968.827	5,6
Resultado das atividades	(343.222)	(76.656)	347,7
EBITDA ou LAJIDA	(138.112)	115.688	(219,4)
Resultado financeiro	228.938	5.644	3.956,3
IRPJ/CSLL	(35.775)	(27.592)	29,7
Prejuízo líquido do exercício	(78.509)	(43.420)	80,8
Patrimônio líquido	3.366.685	3.535.388	(4,8)
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,5	(6,7)
Liquidez geral (índice)	1,5	1,4	7,1
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	(2,3)	2,0	(215,0)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	54,2	50,5	7,3
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(1,3)	(0,7)	85,7
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	(2,2)	(1,2)	83,3

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

### 1.3. Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2013, destacam-se:



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



<b>Prêmios / Certificações</b>	<b>Certificador</b>
<b>Empresa Cidadã - Copel Distribuição</b> - Certificado pelas informações apresentadas em seu Relatório	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio
<b>Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes</b> - categoria Bronze	Comissão de Integração Energética Regional - CIER América Latina



COPEL

Copel Distribuição S.A.

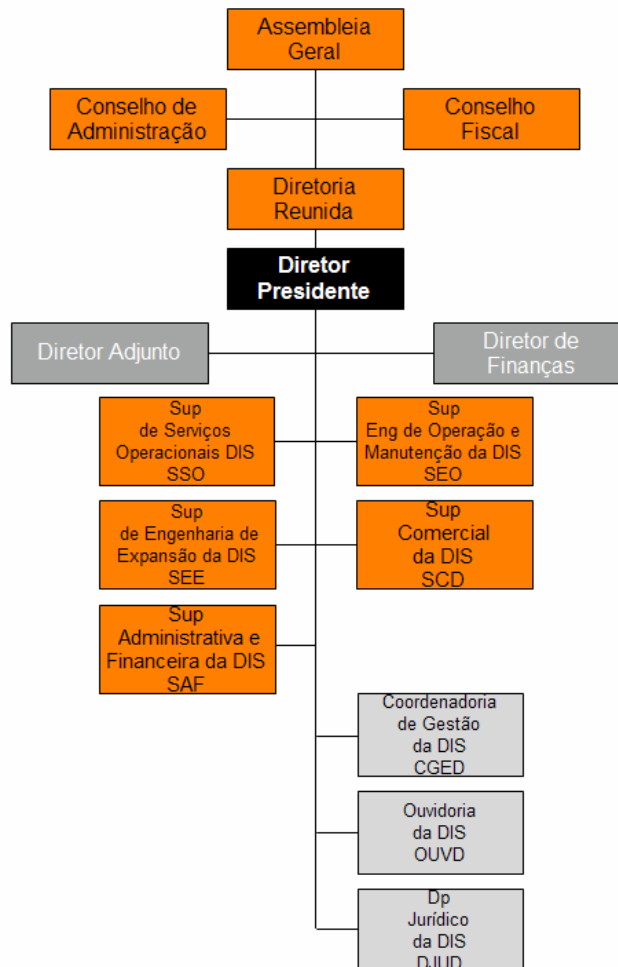


## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição, segundo as diretrizes de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores procuram, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

### 2.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

### • **Gestão de Riscos**

A Copel Distribuição, por meio de sua Controladora, adota uma Política de Gestão de Riscos Corporativos que visa maximizar os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas, além de manter conformidade com a Lei Sarbanes Oxley.

A estratégia adotada pela Copel para gestão de riscos permite identificar e considerar várias formas de riscos (legal, regulatório, socioambiental, reputacional, entre outros) em seu processo decisório e nas atividades operacionais, segundo o seguinte perfil de riscos:

- **Riscos Estratégicos:** estão associados ao planejamento estratégico empresarial e à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia;
- **Riscos Operacionais:** estão associados à possibilidade de ocorrência de eventos originados na própria estrutura da organização, pelos seus processos, seu quadro de pessoal ou de seu ambiente de tecnologia, assim como eventos externos relacionados ao ambiente econômico, político, socioambiental, natural ou setorial em que a organização opera; e
- **Riscos Financeiros:** estão associados à exposição das operações financeiras da organização e incluem mercado, crédito e liquidez.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos e a natureza do ramo em que atua, o modelo de gestão de riscos da Copel adota parâmetros de apetite ao risco e considera a probabilidade de ocorrência e os impactos financeiros, operacionais e de imagem, além de prever mecanismos de tratamento e mitigação dos riscos.

Para que a gestão de riscos corporativos alcance a Controladora e suas subsidiárias integrais, a Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece a composição de um Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, hierarquicamente subordinado ao Comitê de Auditoria.

Em 2013, a Copel deu continuidade ao aprimoramento do modelo de gestão de riscos corporativos, incentivando a realização de treinamentos e avaliação das melhores práticas desenvolvidas pelo mercado.

## **2.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial**

A Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, criada em 2006, estabelece as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Copel. A Política





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



está baseada na missão e valores corporativos, nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de ser complementar ao Código de Conduta da Copel. Cabe ressaltar que a política passa por revisões e constantes aprimoramentos.

A versão integral da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Copel está disponível no *site* da Copel: [www.copel.com](http://www.copel.com).

### **2.3. Referencial Estratégico**

A Copel Distribuição segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir:

**Visão:** Simplesmente a melhor da década.

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

#### **Princípios e Valores:**

Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança	Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

### **3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

#### **3.1. Análise macroeconômica**

A conjuntura econômica internacional passou por um período de instabilidade a partir do segundo semestre de 2013, reflexo das incertezas quanto ao posicionamento do Federal Reserve Bank em relação ao fim dos estímulos monetários. A retirada dos estímulos aumenta a atratividade para o investimento de capital estrangeiro nos Estados Unidos e, conseqüentemente, mantém o processo de desvalorização das moedas dos países emergentes. Aliado a isso, o temor quanto à diminuição do ritmo de crescimento da China deflagra a migração de recursos dos mercados de maior risco rumo ao dólar e papéis do governo americano. Apesar deste receio o Fundo Monetário Internacional - FMI prevê um crescimento de 3,7% para economia mundial em 2014, devido à saída da recessão na zona do Euro e ao aumento na demanda das economias desenvolvidas.

A economia nacional sofreu os impactos da redução dos incentivos monetários norte americanos e o real sofreu acentuada volatilidade e desvalorização. Segundo o FMI, a restrição no crédito, os gargalos na economia e a incerteza política irão reduzir o crescimento da economia brasileira em 2014 e 2015. Por outro lado, o País está prestes a receber grandes eventos que tendem a atrair investimentos e manter a estabilidade do emprego e renda do trabalhador. A economia cresceu 2,3% em 2013 e deverá registrar expansão de 2,3% e 2,8% em 2014 e 2015, respectivamente.

A economia paranaense se descolou da economia nacional em 2013 e apresentou desempenho bastante positivo. Os indicadores conjunturais da indústria, mercado de trabalho, comércio e serviços já mostravam no decorrer do ano que o Estado superaria com folga o crescimento da economia nacional. Em 2013 o produto interno bruto do Paraná cresceu mais que o dobro da média Brasil, atingindo variação de 5,0%. Para 2014, dentro de um ambiente estável, a economia do Estado deverá continuar colhendo os benefícios da recuperação do agronegócio, ancorada nas elevações de produção, produtividade e cotações globais das *commodities* alimentares, na vitalidade do mercado de trabalho e na maturação dos investimentos do programa Paraná Competitivo, que desde 2011 já atraiu mais de R\$ 26,0 bilhões para a indústria, fomentando toda cadeia econômica local.

#### **3.2. Análise Setorial**

- **Prorrogação das Concessões**

Em 12.09.2012, publicou-se a Medida Provisória nº 579, de 11.09.2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013, dispondo dentre outras, sobre o tratamento a ser dado à concessão de distribuição.



### Concessões de Distribuição

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação das concessões de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da Lei nº 12.783/2013.

### • Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

#### Fluxo de energia (GWh)

<b>CCEAR</b> 15.645 - 58,2%	<b>Energia comprada</b> 26.893	<b>Energia vendida</b> 23.608 - 87,8%
CCEAR GET 832		Distribuição direta 22.926
CCEAR 14.813		Concessionárias e permissionárias 620
<b>Itaipu</b> 5.193 - 19,3%		Mercado Curto Prazo 62
<b>Proinfa</b> 590 - 2,2%		<b>Perdas e diferenças</b> 3.285 - 12,2%
<b>Angra</b> 1.050 - 3,9%		Perdas rede básica 522
<b>CCGF</b> 1.272 - 4,7%		Perdas distribuição 2.517
<b>CCEE</b> 1.045 - 3,9%	Alocação de contratos no CG 246	
<b>Outros</b> 2.098 - 7,8%		
Elejor 1.186		
Itiquira 912		

CCEAR = Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CCGF = Contrato de Cota de Garantia Física

CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em Contrato)

### • Obras da Copa

Destaca-se o bom andamento das obras no sistema elétrico da Copel Distribuição, voltados à Copa do Mundo FIFA de 2014. Desses empreendimentos, ressaltam-se:

- Subestação - SE Afonso Pena
- SE Campo Comprido



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- Linha de Transmissão - LT Uberaba — São José dos Pinhais
- SE Capanema, a ser concluída em 2014

### 3.3. Desempenho

Em 2013, foram conectadas novas subestações e linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações concluídas em 2013 são:

Subestação	Potência	Localidade
Afonso Pena	41 MVA/69 kV	São José dos Pinhais
Concórdia	30 MVA/138 kV	Toledo

Além destas obras, foram ampliadas a SE 138 kV Quedas do Iguaçu, com 20 MVA, na cidade de Quedas do Iguaçu, a SE 69 kV Batel, com 40 MVA, em Curitiba e a SE 138 kV Portal, com 41,67 MVA, em Foz do Iguaçu.

Novas linhas de alta tensão em 69 kV e 138 kV que foram concluídas:

Local	Tensão	Extensão
Afonso Pena secc. Uberaba — São J. dos Pinhais	69 kV	0,76 km
Capanema circuitos 1 e 2 (variante aérea)	69 kV	2,00 km
Capanema — Batel (variante)	69 kV	0,30 km
Posto Fiscal secc Matinhos — Praia de Leste	138 kV	8,88 km
Capanema circuitos 1 e 2 (variante subterrânea)	69 kV	0,90 km
São Jose dos Pinhais — Uberaba circuitos 1 e 2 (variante)	69 kV	7,80 km
Toledo — Concórdia	138 kV	6,00 km

Ao todo, em 2013 estes empreendimentos adicionaram aproximadamente 173 MVA ao sistema de distribuição e 26,64 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV.

#### • Linhas de Distribuição

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição:

Linhas de Distribuição	Extensão (em km)
13,8 kV	100.279,8
34,5 kV	81.546,1
69 kV	932,5
138 kV	5.054,7
230 kV	63,3
<b>Total</b>	<b>187.876,5</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

- **Subestações**

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações de distribuição, aberto por tensão:

<b>Tensão</b>	<b>Subestações automatizadas</b>	<b>MVA</b>
34,5 kV	231	1.480,2
69 kV	36	2.395,9
88 kV	-	5,0
138 kV	94	6.223,6
<b>Total</b>	<b>361</b>	<b>10.104,7</b>

- **Qualidade de Fornecimento**

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição, continuam em conformidade com os limites estabelecidos pela Aneel. O histórico destes indicadores e do tempo de espera é mostrado no quadro a seguir:

<b>Jan/Dez</b>	<b>DEC (horas) <sup>(1)</sup></b>	<b>FEC (interrupções)</b>	<b>Tempo de espera (horas)</b>
2011	10,64	8,26	01:40
2012	10,25	7,84	01:51
2013	11,62	8,06	02:08

<sup>(1)</sup> DEC medido em horas e centesimal de horas.

- **Mercado de energia**

A tabela a seguir apresenta o comportamento do mercado cativo aberto por classe de consumo:

<b>Mercado Cativo - Copel Distribuição</b>						
	<b>Nº de consumidores</b>			<b>Energia vendida (GWh)</b>		
	<b>Dez/13</b>	<b>Dez/12</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Residencial	3.320.098	3.196.457	3,9	6.888	6.559	5,0
Industrial	93.491	86.717	7,8	6.605	7.405	(10,8)
Comercial	338.502	327.244	3,4	5.074	5.048	0,5
Rural	372.835	372.640	0,1	2.081	2.025	2,8
Outros	56.567	54.512	3,8	2.278	2.211	3,0
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.181.493</b>	<b>4.037.570</b>	<b>3,6</b>	<b>22.926</b>	<b>23.248</b>	<b>(1,4)</b>



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- **Mercado Fio (TUSD)**

<b>Mercado Fio de Energia - Copel Distribuição</b>						
	<b>Nº de consumidores/contratos</b>			<b>Energia distribuída (GWh)</b>		
	<b>Dez/13</b>	<b>Dez/12</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Mercado Cativo	4.181.493	4.037.570	3,6	22.926	23.248	(1,4)
Concessionárias e Permissionárias	4	4	-	666	635	(2,3)
CCEE (MCP)	-	-	-	62	36	72,2
<b>Mercado Fio</b>	<b>4.141.497</b>	<b>4.037.574</b>	<b>3,6</b>	<b>23.654</b>	<b>23.919</b>	<b>(1,1)</b>

- **Tarifas**

Em janeiro de 2013, com a Resolução nº 1.431/2013, a qual contemplou os efeitos da redução do custo de energia decorrentes da publicação da Lei nº 12.783/2013, a Aneel homologou o resultado da revisão tarifária extraordinária da Copel Distribuição, que representou um efeito tarifário médio para os consumidores de -19,28%.

Em junho de 2013, com a Resolução nº 1.541/2013, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual da Copel Distribuição em 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste econômico e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que representaria um efeito médio para o consumidor de 14,61%.

Em junho de 2013, através do Despacho nº 1.966/2013, foi concedido efeito suspensivo ao recurso interposto pela Copel Distribuição em face da Resolução Homologatória nº 1.541/2013, de forma a suspender seus efeitos. Em julho de 2013, a Copel Distribuição solicitou diferimento parcial do referido reajuste, sendo autorizado pela Aneel e homologado, por meio da Resolução nº 1.565/2013, diferindo-se o valor de R\$ 255,9 milhões, a ser considerado como componente financeiro no reajuste de 2014, e reduzindo-se o efeito médio a ser percebido pelos consumidores para 9,55%.

### **3.4. Pesquisa & Desenvolvimento - P&D**

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Distribuição investiu em vários projetos.

Em 2013, foram executados 28 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo um estratégico cooperado — Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira, no qual a Copel Distribuição participa com outras empresas. Foram aplicados, no total, aproximadamente R\$ 7,8 milhões.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2013, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 69,4 milhões, representando 1,2% de aumento em relação a 2012. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo de R\$ 395,4 milhões na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude dos seguintes fatores:
  - alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a tarifa de energia representa, neste período, maior percentual em relação à tarifa de uso do sistema da distribuição - TUSD
  - ao reajuste tarifário médio de 9,55% em junho de 2013.
- 2) Decréscimo de R\$ 552,8 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, devido principalmente a alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a TUSD representa, neste período, menor percentual em relação à tarifa de energia.
- 3) Acréscimo de R\$ 233,0 milhões na **Receita de Construção**. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, as quais totalizaram R\$ 898,6 milhões em 2013 e R\$ 665,6 milhões em 2012. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como **custo de construção**, quando incorridos.

### 4.2. Custos e Despesas Operacionais

A Companhia realizou grande esforço no exercício de 2013 para redução dos custos de pessoal, material, serviços e outros - PMSO, alcançando redução de 5,9% em relação a 2012. Contudo, tal redução foi consumida pela alta dos custos não gerenciáveis (energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede).

Os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 336,0 milhões em 2013, representando um aumento de 5,6%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 579,4 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao maior valor de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- 2) Decréscimo de R\$ 399,0 milhões em **Encargos do Uso da Rede**, devido principalmente ao recebimento de recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados à compensação dos custos com encargos;



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- 3) Decréscimo de R\$ 100,4 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente do menor valor de Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias e dos menores gastos com remunerações e encargos, em função da redução do quadro de funcionários no período — redução de 794 funcionários entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013.
- 4) Acréscimo de R\$ 233,0 milhões no **Custo de Construção** relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

#### **4.3. EBITDA ou LAJIDA**

<b>Em R\$ mil</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prejuízo líquido	(78.509)	(43.420)
IRPJ e CSLL	(35.775)	(27.592)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(228.938)	(5.644)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>(343.222)</b>	<b>(76.656)</b>
Depreciação e Amortização	205.110	192.344
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>(138.112)</b>	<b>115.688</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	5.961.575	5.892.171
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>-2,3%</b>	<b>2,0%</b>

#### **4.4. Resultado Financeiro**

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 223,3 milhões devido principalmente à atualização de R\$ 401,1 milhões referente aos efeitos da revisão tarifária da Copel Distribuição na remensuração do Ativo Financeiro, ocorrido em 2012.

#### **4.5. Endividamento**

Em 2013, a Copel Distribuição recebeu R\$ 151,0 milhões referente a um empréstimo junto ao Banco do Brasil. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 270,7 milhões, sendo R\$ 10,7 milhões de principal e R\$ 260,0 milhões de encargos.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

<b>Saldos (Em R\$ milhões)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Curto prazo	190,4	177,5
Longo prazo	1.634,4	1.607,9
<b>Total</b>	<b>1.824,8</b>	<b>1.785,4</b>





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



#### **4.6. Prejuízo Líquido**

Em 2013, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 78,5 milhões, havendo variação de R\$ 35,1 milhões em relação ao prejuízo de 2012, que foi de R\$ 43,4 milhões.

#### **4.7. Valor Adicionado**

No exercício de 2013, a Copel Distribuição apurou R\$ 3.643,6 milhões de Valor Adicionado Total, 29,8% inferior ao apurado no ano anterior. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Varição %</b>
Retido	-2,2%	-0,8%	175,0
Terceiros	7,4%	11,2%	(33,9)
Pessoal	22,5%	17,1%	31,6
Governo	72,3%	72,5%	(0,3)
Estadual e Municipal	75,4%	62,2%	21,2
Federal	24,6%	37,8%	(34,9)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>

#### **4.8. Inadimplência de Consumidores**

A partir do período contábil de 2003, a Copel Distribuição passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, para as classes residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos } > 15 \text{ dias } \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 414/2010), sendo excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos.

Em dezembro de 2013, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição foi de R\$ 115,5 milhões, que equivale a 1,52% do faturamento.

#### **4.9. Programa de Investimentos**

Em 2013, o investimento da Copel Distribuição foi de R\$ 977,1 milhões, 20,8% maior que em 2012, que foi de R\$ 809,0 milhões. O investimento previsto para 2014 é da ordem de R\$ 895,9 milhões.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## **5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL**

### **5.1. Força de trabalho**

Os 6.375 empregados do quadro próprio estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (4.434 empregados), profissional técnico de nível médio (1.265 empregados) e profissional de nível superior (676 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido 286 novos empregados em 2013, mediante concurso público. Durante o mesmo período, 914 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido 0,09 em 2013 e 0,08 em 2012.

#### **• Desenvolvimento de Pessoal**

O Desenvolvimento de Pessoal se desdobra em programas corporativos, cursos de formação e obrigatórios. Em 2013, a Copel Distribuição investiu R\$ 4,7 milhões em Treinamento e Desenvolvimento - T&D, em ações voltadas aos seus empregados e público estratégico.

As ações de T&D da Companhia resultaram em 20.982 participações em eventos (internos e externos), além de terceirizados. Visando contribuir no atendimento das metas estratégicas da Companhia destacam-se:

- Programa de Desenvolvimento de Lideranças, através de MBA
- MBA em Gestão Comercial de Energia
- Programa de língua estrangeira abrangendo os idiomas Inglês e Espanhol
- Programa de Gerenciamento de Projetos
- Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado

#### **• Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Controladora a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, além dos valores obrigatórios previstos em Lei, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes, além de outros proporcionados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Controladora é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

### • **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2013 (R\$ 1.346,60) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 678,00) era de duas vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

### • **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação, a Controladora realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos;
- a Controladora se relaciona com sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados;
- as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa; e
- a Controladora disponibiliza o Canal de Comunicação Confidencial, que pode ser utilizado por empregados, gerentes, diretores, estagiários, contratados e demais partes interessadas. O objetivo desse recurso é a comunicação de irregularidades relacionadas à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas da Copel.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### • **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar continuidade ao Plano de Gestão de Pessoas, em julho e agosto de 2013 a Controladora realizou o terceiro ciclo da Pesquisa de Opinião dos Empregados - POE. A pesquisa tem como objetivo conhecer a opinião dos empregados sobre os atributos que promovem a satisfação, o comprometimento e a motivação no ambiente de trabalho. Em 2013 a pesquisa foi respondida por 59,4% do universo de empregados da Copel e de suas subsidiárias integrais, atingindo um índice de satisfação de 63,2%.

### • **Programa Nossa Energia**

Como forma de reconhecer e valorizar o desempenho dos seus empregados, foi implantado em 2013 o Nossa Energia, o programa de gestão de desempenho da Copel.

O programa é composto por dois eixos: Competências Organizacionais, relacionado aos comportamentos esperados de cada empregado, e Resultados, que está associado à produtividade e é formado pelas metas corporativas desdobradas até o nível de Superintendência.

De acordo com o Nossa Energia, o desempenho de cada empregado associa-se a um dos três grupos de desempenho definidos pela Controladora.

Para cada grupo são associadas diferentes tratativas em relação à Carreira e Remuneração e ao Desenvolvimento Profissional, tais como promoções funcionais, meritocracia, adequação funcional, conferências, treinamentos, bolsas para pós graduação e línguas estrangeiras, entre outros.

Dentre os principais benefícios que a implantação do Nossa Energia trouxe às partes envolvidas, podem ser destacados:

- Alinhamento do desempenho dos empregados ao referencial estratégico;
- Critérios padronizados e transparentes para políticas por desempenho;
- Oportunidade de diálogo entre gerentes e empregados;
- Conhecimento das características e potencial da equipe por parte dos gerentes;
- Desenvolvimento profissional e pessoal dos empregados; e

Oportunidade aos empregados de definição dos seus objetivos de carreira.

## **5.2. Fornecedores**

Ao contratar fornecedores a Copel propõe reuniões de integração, a serem realizadas antes do início dos serviços, nas quais são abordados temas relativos às práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, bem como cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Desde 2005, a Controladora vem estruturando formas de dinamizar o relacionamento com os fornecedores e melhorar o processo de gestão da cadeia de suprimentos.

- **Programa Rede de Valor Solidária**

Em 2013 teve início o Programa Rede de Valor Solidária, com o objetivo de implementar estratégias e ações que possibilitem melhoria da gestão da cadeia de Suprimentos e do desempenho da Copel nos indicadores e critérios de Excelência e Sustentabilidade, bem como contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados a padrões de excelência e sustentabilidade.

- **Manual do fornecedor**

O manual tem a finalidade de orientar os fornecedores quanto a questões cotidianas da Copel, aprimorar o relacionamento entre as partes e buscar o alinhamento dos princípios e diretrizes relacionados ao processo da cadeia de suprimentos.

O documento pode ser acessado no site [www.copel.com](http://www.copel.com).

### **5.3. Clientes**

Os clientes atendidos pela Copel Distribuição têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os de maior destaque no volume de atendimentos está o Call Center (0800 51 00116), sem custo de ligação para o consumidor.

A Companhia vem investindo em novos canais de relacionamento com o cliente, ampliando as opções de contato e com isso facilitando as solicitações de serviços e aumentando a eficiência do atendimento. As soluções virtuais representam, ao mesmo tempo, comodidade para o público e redução de custos à concessionária. As solicitações podem se realizadas por meio da Agência Virtual na Web, SMS, URA, CHAT e E-mail. Em 2012 a popularização dos dispositivos portáteis conectados à internet levou a Companhia a investir em mais um canal, o Copel *Mobile*, que é um aplicativo que leva os serviços online aos *smartphones* e *tablets*. Estes canais, ao final de 2013, já representavam 45% dos atendimentos realizados. Os demais 55% dos atendimentos acontecem nos canais tradicionais, 38% no Call Center e 17% no atendimento presencial.

A Companhia ainda dispõe de 15 postos de atendimento móvel que percorrem bairros em grandes cidades e participam de feiras, eventos e palestras em escolas ou empresas, bem como divulgam informações sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica. Também oferece, nas agências dos Correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Os clientes também têm representatividade por meio do Conselho de Consumidores com a atribuição de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor final, além de apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

## **5.4. Comunidade**

### **Acidente na comunidade**

Historicamente, por força de seu estatuto, a Companhia tem um forte envolvimento com a sociedade, tendo como propósito promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A prevenção de acidentes com a comunidade é realizada com treinamentos nas escolas, empresas e reuniões de comunidades, utilizando-se material didático padronizado com instrutores formados, entrevistas em emissoras de rádio por todo Estado do Paraná em convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, acordos diretos com as emissoras para a divulgação diária de informações sobre o uso seguro da eletricidade e mensagens mensais na fatura de energia elétrica encaminhada a todos os clientes. Anualmente é promovida a Semana Nacional de Segurança, em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee e demais distribuidoras.

## **5.5. Educação para sustentabilidade**

### **Rede Copel de Agentes para Sustentabilidade**

A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade.

### **Cine Sustentabilidade**

O projeto Cine Sustentabilidade tem como objetivo sensibilizar os empregados da Companhia em relação aos 10 princípios do Pacto Global, cuja proposta do é provocar a reflexão quanto aos princípios e estabelecer a correlação com processos, ações e iniciativas existentes na Companhia em função do cumprimento do Pacto.

### **Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais**

A 4ª edição do seminário “Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais”, focou na temática fornecedores e cadeia de valor com apresentação de palestras e cases de empresas parceiras apresentando suas experiências no processo de compartilhamento e envolvimento de empregados para questões socioambientais e de sustentabilidade. O seminário foi criado com o objetivo de



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



divulgar projetos e práticas socioambientais desenvolvidos em áreas da Companhia, dando-lhes visibilidade e possibilitando suas replicações em outras áreas, quando aplicável.

#### **Troféu Susie Pontarolli**

O Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade tem por objetivo reconhecer e apoiar iniciativas que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida. A 2ª Edição do Troféu, lançada em novembro de 2013, oportunizou a participação de empregados e fornecedores e premiou as três melhores práticas nas Categorias:

- Categoria Empregados - onde os prêmios em dinheiro deverão ser destinados, exclusivamente, para a manutenção ou ampliação dos projetos vencedores.
- Categoria Fornecedores Consciente - visa destacar projetos em prol da comunidade ou de seus empregados como forma de valorização da pessoa, de estímulo à igualdade e justiça social.

### **5.6. Projetos e Programas Corporativos**

- **Voluntariado Corporativo – EletriCidadania**

O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2013, participaram do programa 186 empregados, realizando um total de 925 horas de voluntariado.

- **Programa Corporativo de Acessibilidade**

O Programa Corporativo de Acessibilidade tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada no que diz respeito às questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços. Em 2013, a Copel Distribuição alcançou a marca de 83% das agências e postos de atendimento adaptados arquitetonicamente.

- **Programa Luz para Todos - LPT**

Em 2011, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.520/2011, instituiu novo Programa LPT para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar atendimento exclusivamente às famílias



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



prioritárias, ou seja: moradores dos Territórios da Cidadania, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, como também a escolas, postos de saúde e poços de água comunitários. Até 2013, foram ligadas 2.226 unidades consumidoras, sendo que mais 1.891 unidades estão em fase de construção de redes para conclusão em 2014.

#### • **Programa Morar Bem Paraná**

Em 2011, através do Decreto nº 2845/2011, foi instituído o Programa Morar Bem Paraná. Este convênio tem o objetivo de incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até seis salários mínimos nacional, bem como o desenvolvimento Estadual de Habitação de Interesse Social.

Dentre as atribuições da Copel no convênio, as principais são a construção das redes de distribuição de energia elétrica, para atender aos empreendimentos e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais. A gestão do convênio é realizada pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

#### • **Programa Luz Fraterna**

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo de até 120 kWh têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado. Com base no faturamento 2012/2013 foram beneficiados, no Programa Luz Fraterna, cerca de 185 mil consumidores.

#### • **Programa de Irrigação Noturna**

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema, entre outros órgãos, o programa tem como objetivo incentivar o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Em 2013, foram beneficiados cerca de 3 mil agricultores pela tarifa especial de irrigação.

#### • **Programa Tarifa Rural Noturna**

O programa tem o objetivo de incentivar os produtores rurais paranaenses, classificados como consumidores rurais atendidos em rede de baixa tensão, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 06h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



minimização de custos e incremento da produção rural no Estado do Paraná. Em 2013, foram beneficiadas cerca de 7,4 mil propriedades pela tarifa especial noturna.

#### • **Programa de Eficiência Energética - PEE**

A Copel Distribuição desenvolve projetos para a maior eficiência energética, atendendo aos programas PEE e P&D, avaliados e fiscalizados pela Aneel.

O PEE tem o objetivo de promover a eficiência no uso final da energia elétrica, por meio da aplicação de recursos financeiros determinados pela Lei nº 9.991/2000, de modo a contribuir para a otimização do sistema elétrico e postergação de investimentos em distribuição de energia elétrica.

Em 2013 foram aplicados cerca de R\$ 30,0 milhões em 57 projetos, que colaboraram para melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, prédios públicos, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais.

Em 2013 foi aberta Chamada Pública nº 001/2013 para consumidores com ou sem fins lucrativos, com investimento previsto de R\$ 12,0 milhões, sendo R\$ 7,0 milhões para os segmentos industrial e residencial e outros R\$ 5,0 milhões para outras tipologias. A Copel foi a primeira empresa a realizar Chamada Pública nos moldes do novo regulamento da Aneel.

### **5.7. Meio ambiente**

#### • **Programa de Arborização Urbana**

Incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Copel Distribuição, por meio de ações junto às Prefeituras, visando à convivência das redes de distribuição de energia com as árvores urbanas. O plantio de árvores adequadas em locais corretos resulta em uma menor necessidade de intervenções com podas drásticas e na redução de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2013, por meio de 12 convênios firmados, foram removidas 1.470 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e fornecidas 5.089 mudas adequadas à arborização de vias públicas.

#### • **Tecnologias de redes de distribuição de energia**

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização e animais silvestres e poluição visual. Para mitigar estes impactos, sempre que há viabilidade técnica e econômica, a Copel Distribuição adota tecnologias alternativas às redes nuas, como:



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



**Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI:** As RDCs minimizam a área de interferência com a vegetação, a necessidade de poda das árvores. As RSIs permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. Juntas, as RDCs e RSIs representam nas áreas urbana e rural 22,2% e 1,7% do total de redes construídas até 2013, respectivamente. Importante ressaltar que desde 2010 a RDC é o padrão construtivo preferencial da Companhia para redes aéreas.

**Rede isolada:** Outra tecnologia de rede que tem sido estudada e aplicada pela Companhia é a rede aérea isolada de média tensão (13.800 Volts e 34.500 Volts). Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permite o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

**Rede Subterrânea:** Em certas situações de alta demanda de energia e confiabilidade, a Companhia pode projetar e construir redes subterrâneas, que eliminam a necessidade de poda de árvores e reduzem a possibilidade de acidentes com terceiros, além de melhorar o impacto visual causado em relação às redes aéreas.

- **Emissões**

- Emissões de gases do efeito estufa - GEE**

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, elabora anualmente o inventário de gases do efeito estufa - GEE da empresa, baseado no modelo de cálculo do GHG Protocol Brasil. O resultado dos inventários de emissões de GEE da Copel está disponível no site do programa brasileiro do GHG Protocol: <http://www.registropublicodeemissoes.com.br>. Pela primeira vez, o relatório foi verificado e certificado por entidade externa, dando maior transparência às informações.

Ainda no ano de 2013, a Copel recebeu a homenagem do Programa GHG Protocol por realizar e divulgar ininterruptamente os seus inventários.

## 6. BALANÇO SOCIAL

### BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2013		2012	
<b>1 - BASE DE CÁLCULO</b>					
NE 25	Receita Líquida - RL	5.961.575		5.892.171	
<b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>					
		<b>% Sobre RL</b>		<b>% Sobre RL</b>	
NE 26.3	Remuneração dos administradores	715	-	462	-
	Remuneração dos empregados	512.975	8,6	536.124	9,1
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	76.091	1,3	77.892	1,3
	Encargos sociais compulsórios	165.018	2,8	177.260	3,0
	Plano previdenciário	40.145	0,7	34.966	0,6
	Saúde (Plano assistencial)	90.517	1,5	99.452	1,7
	Capacitação e desenvolvimento profissional	7.448	0,1	7.901	0,1
NE 26.3	Participação nos lucros e/ou resultados	58.134	1,0	21.389	0,4
NE 26.3	Indenizações Trabalhistas	27.673	0,5	105.842	1,8
(1)	Outros benefícios	9.527	0,2	7.875	0,1
<b>Total</b>		<b>988.243</b>	<b>16,6</b>	<b>1.069.163</b>	<b>18,1</b>
<b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>					
		<b>% Sobre RL</b>		<b>% Sobre RL</b>	
	Cultura	253	-	2.046	-
	Esporte	-	-	830	-
	Outros	29.947	0,5	61.203	1,0
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>		<b>30.200</b>	<b>0,5</b>	<b>64.079</b>	<b>1,1</b>
	Tributos (excluídos encargos sociais)	2.507.460	42,1	3.626.245	61,5
<b>Total</b>		<b>2.537.660</b>	<b>42,6</b>	<b>3.690.324</b>	<b>62,6</b>
<b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>					
		<b>% Sobre RL</b>		<b>% Sobre RL</b>	
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	202.975	3,4	210.445	3,6
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	27	-
<b>Total</b>		<b>202.975</b>	<b>3,4</b>	<b>210.472</b>	<b>3,5</b>
(2)	Quantidade de sanções ambientais	3		-	
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	45		-	

NE - Nota Explicativa

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

				2013	2012		
<b>5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>							
<b>Empregados no final do período</b>				<b>6.375</b>	<b>7.169</b>		
<b>Admissões durante o período</b>				<b>286</b>	<b>614</b>		
<b>Escolaridade dos empregados(as):</b>							
				<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Total Superior e extensão universitária				<b>2.461</b>	1.730	731	<b>2.789</b>
Total 2º Grau				<b>3.791</b>	3.179	612	<b>4.171</b>
Total 1º Grau				<b>123</b>	117	6	<b>209</b>
<b>Faixa etária dos empregados(as):</b>							
(3)	Abaixo de 18 anos			<b>11</b>	<b>30</b>		
	De 18 até 30 anos (exclusive)			<b>1.253</b>	<b>1.473</b>		
	De 30 até 45 anos (exclusive)			<b>2.925</b>	<b>2.969</b>		
	De 45 até 60 anos (exclusive)			<b>2.167</b>	<b>2.666</b>		
	Acima de 60 anos			<b>19</b>	<b>31</b>		
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>				<b>1.349</b>	<b>1.556</b>		
<b>% Mulheres em cargos gerenciais:</b>							
em relação ao nº total de mulheres				<b>2,5</b>	<b>5,0</b>		
em relação ao nº total de gerentes				<b>13,1</b>	<b>18,6</b>		
<b>Negros(as) que trabalham na empresa</b>				<b>783</b>	<b>853</b>		
<b>% Negros(as) em cargos gerenciais:</b>							
em relação ao nº total de negros(as)				<b>2,7</b>	<b>3,9</b>		
em relação ao nº total de gerentes				<b>8,1</b>	<b>7,9</b>		
<b>Portadores(as) de necessidades especiais</b>				<b>153</b>	<b>151</b>		
<b>Dependentes</b>				<b>11.686</b>	<b>12.821</b>		
(4)	<b>Terceirizados</b>			<b>4.739</b>	<b>4.572</b>		
(5)	<b>Aprendiz (es)</b>			<b>233</b>	<b>252</b>		
(5)	<b>Estagiários(as)</b>			<b>221</b>	<b>299</b>		
<b>Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício</b>				<b>2.713</b>	<b>2.383</b>		
<b>Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício</b>				<b>737</b>	<b>791</b>		
<b>6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>							
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>				<b>21</b>	<b>15</b>		
<b>Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)</b>				<b>210</b>	<b>216</b>		
<b>Número total de reclamações e críticas de consumidores:</b>							
na empresa				<b>46.958</b>	<b>79.708</b>		
no Procon				<b>507</b>	<b>638</b>		
na Justiça				<b>1.703</b>	<b>1.635</b>		
<b>% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:</b>							
na empresa				<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		
no Procon				<b>94,9%</b>	<b>82,9%</b>		
na Justiça				<b>24,0%</b>	<b>21,4%</b>		

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	2013	Metas 2014
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<b>direção e gerências</b>	<b>direção e gerências</b>
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<b>todos + Cipa</b>	<b>todos + Cipa</b>
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	<b>incentiva e segue a OIT</b>	<b>incentivará e seguirá a OIT</b>
A previdência privada contempla:	<b>todos</b>	<b>todos</b>
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<b>todos</b>	<b>todos</b>
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<b>são exigidos</b>	<b>serão exigidos</b>
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<b>organiza e incentiva</b>	<b>organizará e incentivará</b>
<b>7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.643.578</b>	<b>5.190.100</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado (DVA):</b>		
Terceiros	<b>7,4%</b>	<b>11,2%</b>
Pessoal	<b>22,5%</b>	<b>17,1%</b>
Governo	<b>72,3%</b>	<b>72,5%</b>
Retido	<b>-2,2%</b>	<b>-0,8%</b>

**8 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Distribuição, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs - são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais. Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(3) Referem-se ao programa de aprendiz em conflito com a lei.

(4) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados.

(5) Não compõem o quadro de empregados.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## **7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente DENISE CAMAPANHOLO Busetti Sabbag  
Secretário Executivo VLADimir Santo Daleffe  
Membro SERGIO LUIZ LAMY

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES  
Membros Titulares NELSON LEAL JUNIOR  
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO  
Membros Suplentes OSNI RISTOW  
ROBERTO BRUNNER  
GILMAR MENDES LOURENÇO

### **DIRETORIA**

Diretor Presidente VLADimir Santo Daleffe  
Diretor de Finanças ANTONIO SERGIO DE SOUZA GUETTER  
Diretor Adjunto ACACIO MASSATO NAKAYAMA

### **CONTADOR**

Contador - CRC-PR- 047941/O-4 ROBSON CARLOS NOGUEIRA



## **Copel Distribuição S.A.**

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 – Bloco C - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2013**

## SUMÁRIO

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>3</b>
Balanços Patrimoniais .....	3
Demonstrações de Resultados .....	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	8
Demonstrações do Valor Adicionado .....	10
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>12</b>
1 Contexto Operacional .....	12
2 Base de Preparação .....	12
3 Principais Políticas Contábeis .....	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	24
5 Títulos e Valores Mobiliários .....	24
6 Cauções e Depósitos Vinculados .....	25
7 Clientes .....	26
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná .....	27
9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão .....	28
10 Outros Créditos .....	29
11 Tributos .....	30
12 Depósitos Judiciais .....	32
13 Créditos com Partes Relacionadas .....	32
14 Intangível .....	32
15 Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	35
16 Fornecedores .....	35
17 Empréstimos e Financiamentos .....	37
18 Debêntures .....	40
19 Benefícios Pós-Emprego .....	41
20 Encargos do Consumidor a Recolher .....	46
21 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética .....	47
22 Outras Contas a Pagar .....	47
23 Contingências e Provisões para Litígios .....	48
24 Patrimônio Líquido .....	51
25 Receita Operacional Líquida .....	52
26 Custos e Despesas Operacionais .....	54
27 Resultado Financeiro .....	58
28 Instrumentos Financeiros .....	59
29 Transações com Partes Relacionadas .....	67
30 Seguros .....	69
31 Conta de Compensação da "Parcela A" .....	70
32 Medida Provisória nº 627/13 .....	73
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>75</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 .....</b>	<b>77</b>



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**Balancos Patrimoniais**

levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>Reapresentado 31.12.2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	247.045	1.126.361
Títulos e valores mobiliários	5	377	158.837
Cauções e depósitos vinculados	6	1.072	34.293
Clientes	7	1.005.703	1.200.251
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	75.930
Outros créditos	10	180.963	126.686
Estoques		96.866	84.995
Imposto de renda e contribuição social	11.1	77.288	35.868
Outros tributos a recuperar	11.3	48.609	31.460
Despesas antecipadas	-	16.414	1.587
Partes relacionadas	13	468.317	-
		<b>2.142.654</b>	<b>2.876.268</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	54.271	35.688
Cauções e depósitos vinculados	6	45.371	43.246
Clientes	7	115.020	26.172
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	1.308.354
Depósitos judiciais	12	356.393	276.541
Contas a receber vinculadas à concessão	9	3.075.795	2.383.262
Outros créditos	10	10.799	4.036
Imposto de renda e contribuição social	11.1	12.967	-
Outros tributos a recuperar	11.3	64.752	60.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	617.257	522.880
		<b>4.352.625</b>	<b>4.660.842</b>
<b>Investimentos</b>	-	<b>4.012</b>	<b>4.012</b>
<b>Intangível</b>	14	<b>1.261.273</b>	<b>1.305.749</b>
		<b>5.617.910</b>	<b>5.970.603</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.760.564</b>	<b>8.846.871</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Balancos Patrimoniais**

levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)

em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>Reapresentado 31.12.2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	15	155.337	243.128
Fornecedores	16	771.815	694.903
Outras obrigações fiscais	11.3	200.767	205.330
Empréstimos e financiamentos	17	173.482	164.788
Debêntures	18	16.972	12.719
Dividendos a pagar	-	-	371.863
Benefícios pós-emprego	19	21.043	18.004
Encargos do consumidor a recolher	20	11.074	49.262
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	107.744	142.936
Outras contas a pagar	22	86.983	67.523
		<b>1.545.217</b>	<b>1.970.456</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas		-	851.237
Fornecedores	16	27.934	-
Obrigações fiscais	11.3	50.354	-
Empréstimos e financiamentos	17	635.956	609.941
Debêntures	18	998.417	997.958
Benefícios pós-emprego	19	608.391	443.784
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	99.122	61.211
Provisões para litígios	23	428.488	376.896
		<b>2.848.662</b>	<b>3.341.027</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	24		
Capital social		2.624.841	2.624.841
Ajustes de avaliação patrimonial		(155.096)	(64.902)
Reserva legal		135.294	135.294
Reserva de retenção de lucros		761.646	840.155
		<b>3.366.685</b>	<b>3.535.388</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>7.760.564</b>	<b>8.846.871</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



**Demonstrações de Resultados**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
em milhares de reais

<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	25	<b>5.961.575</b>	<b>5.892.171</b>
<b>Custos Operacionais</b>	26	<b>(5.777.438)</b>	<b>(5.425.103)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>184.137</b>	<b>467.068</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas com vendas	26	(67.262)	(79.660)
Despesas gerais e administrativas	26	(297.533)	(354.310)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(162.564)	(109.754)
		<b>(527.359)</b>	<b>(543.724)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(343.222)</b>	<b>(76.656)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	27	452.565	547.093
Despesas financeiras	27	(223.627)	(541.449)
		<b>228.938</b>	<b>5.644</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(114.284)</b>	<b>(71.012)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social	11.4	-	(124.691)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.4	35.775	152.283
		<b>35.775</b>	<b>27.592</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(78.509)</b>	<b>(43.420)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(78.509)</b>	<b>(43.420)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que nunca serão reclassificados para o resultado</b>			
Perdas com passivos atuariais	24.2		
benefícios pós-emprego		(134.792)	(109.520)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		45.829	37.237
<b>Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado</b>			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	24.2		
aplicações financeiras		(1.865)	1.863
contas a receber vinculadas à concessão		-	(13.116)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		634	3.826
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>		<b>(90.194)</b>	<b>(79.710)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(168.703)</b>	<b>(123.130)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Publicado</b>		<b>2.624.841</b>	<b>8.657</b>	<b>135.294</b>	<b>883.575</b>	<b>13.468</b>	-	<b>3.665.835</b>
Ajuste atuarial - CPC 33 (R1)	3.1.4	-	6.151	-	-	-	-	6.151
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Reapresentado</b>		<b>2.624.841</b>	<b>14.808</b>	<b>135.294</b>	<b>883.575</b>	<b>13.468</b>	-	<b>3.671.986</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		-	-	-	-	-	(43.420)	(43.420)
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	24.2	-	(7.427)	-	-	-	-	(7.427)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	24.2	-	(72.283)	-	-	-	-	(72.283)
<b>Resultado abrangente total do período</b>		-	<b>(79.710)</b>	-	-	-	<b>(43.420)</b>	<b>(123.130)</b>
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(13.468)	-	(13.468)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(43.420)	-	43.420	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado</b>		<b>2.624.841</b>	<b>(64.902)</b>	<b>135.294</b>	<b>840.155</b>	-	-	<b>3.535.388</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		-	-	-	-	-	(78.509)	(78.509)
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	24.2	-	(1.231)	-	-	-	-	(1.231)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	24.2	-	(88.963)	-	-	-	-	(88.963)
<b>Resultado abrangente total do período</b>		-	<b>(90.194)</b>	-	-	-	<b>(78.509)</b>	<b>(168.703)</b>
Destinação proposta à A.G.O.:								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(78.509)	-	78.509	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>2.624.841</b>	<b>(155.096)</b>	<b>135.294</b>	<b>761.646</b>	-	-	<b>3.366.685</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2013	31.12.2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(78.509)</b>	<b>(43.420)</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:</b>			
Amortização do intangível	14	205.110	192.344
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(12.293)	(228.196)
Imposto de renda e contribuição social	11.4	-	124.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2.1	(35.775)	(152.283)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.5	39.698	54.852
Provisão para litígios	23.1	78.573	64.134
Provisão para benefícios pós-emprego	19.3	130.661	134.418
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21.2	52.088	52.165
Atualização do valor justo de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	401.104
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	45.795	24.313
Resultado das baixas de intangível	14	14.086	8.209
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		66.110	(128.221)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	163.078	150.864
Depósitos judiciais		(79.852)	(90.547)
Outros créditos		(61.126)	(32.916)
Estoques		(11.871)	(15.416)
Imposto de renda e contribuição social		(66.526)	51.616
Outros tributos a recuperar		(9.563)	27.832
Despesas antecipadas		(14.827)	75
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		(87.791)	91.944
Fornecedores		104.846	163.716
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(124.691)
Outras obrigações fiscais		21.982	(8.798)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	17.6	(174.939)	(11.382)
Encargos de debêntures pagos	18.1	(85.139)	(2.139)
Pagamento de encargos de mútuo com a controladora		-	(115.271)
Benefícios pós-emprego	19.3	(97.807)	(93.341)
Encargos do consumidor a recolher		(38.188)	(17.202)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21.2	(60.104)	(60.011)
Outras contas a pagar		19.460	14.165
Provisões para litígios	23.1	(26.981)	(31.511)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>196</b>	<b>401.097</b>

(continua)

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)

em milhares de reais

(continuação)

	NE nº	31.12.2013	31.12.2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		168.478	(192.557)
Adições no intangível	14	(977.078)	(809.043)
Participação financeira do consumidor	14	160.614	107.980
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(647.986)</b>	<b>(893.620)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Ingresso de mútuo com a controladora		-	800.000
Ingresso de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	17.6	151.000	11.193
Emissão de debêntures	18.1	-	1.000.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	17.6	(10.663)	(14.988)
Amortização de principal do mútuo com a controladora		-	(674.804)
Juros sobre o capital próprio pagos		(371.863)	(150.300)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(231.526)</b>	<b>971.101</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(879.316)</b>	<b>478.578</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.361	647.783
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	247.045	1.126.361
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(879.316)</b>	<b>478.578</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2013	31.12.2012
<b>Receitas</b>		
Venda de energia e outros serviços	7.846.107	9.014.569
Receita de construção	898.606	665.601
Outras receitas	15.143	25
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(39.698)	(54.852)
	<b>8.720.158</b>	<b>9.625.343</b>
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	3.844.913	3.212.676
Encargos de uso da rede elétrica ( - ) ESS e EER	267.871	589.814
Material, insumos e serviços de terceiros	347.976	377.119
Custo de construção	752.944	557.989
Perda / Recuperação de valores ativos	82.174	20.116
Outros encargos	-	15.659
Outros insumos	104.356	83.280
	<b>5.400.234</b>	<b>4.856.653</b>
<b>( = ) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.319.924</b>	<b>4.768.690</b>
<b>( - ) Depreciação e amortização</b>	<b>205.110</b>	<b>192.344</b>
<b>( = ) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>3.114.814</b>	<b>4.576.346</b>
<b>( + ) Valor adicionado transferido</b>		
Receitas financeiras	452.565	547.093
Outras receitas	76.199	66.661
	<b>528.764</b>	<b>613.754</b>
	<b>3.643.578</b>	<b>5.190.100</b>

(continua)





COPEL

Copel Distribuição S.A.



## Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)  
em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2013	%	31.12.2012	%
<b>Pessoal</b>				
Remunerações e honorários	514.334		537.169	
Planos previdenciário e assistencial	130.661		134.418	
Auxílio alimentação e educação	72.837		66.337	
Encargos sociais - FGTS	36.415		39.309	
Indenizações trabalhistas	27.673		105.842	
Participação nos lucros e/ou resultados	58.134		21.389	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	(21.988)		(15.759)	
	<b>818.066</b>	<b>22,5</b>	<b>888.705</b>	<b>17,1</b>
<b>Governo</b>				
Federal	648.187		1.422.687	
Estadual	1.986.954		2.340.699	
Municipal	934		810	
	<b>2.636.075</b>	<b>72,3</b>	<b>3.764.196</b>	<b>72,5</b>
<b>Terceiros</b>				
Juros e multas	251.918		560.663	
Arrendamentos e aluguéis	15.868		16.693	
Doações, subvenções e contribuições	160		3.263	
	<b>267.946</b>	<b>7,4</b>	<b>580.619</b>	<b>11,2</b>
<b>Acionistas</b>				
Prejuízos do exercício	(78.509)		(43.420)	
	<b>(78.509)</b>	<b>(2,2)</b>	<b>(43.420)</b>	<b>(0,8)</b>
	<b>3.643.578</b>	<b>100,0</b>	<b>5.190.100</b>	<b>100,0</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

**em milhares de reais**

### **1 Contexto Operacional**

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora). Explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica em 1.113 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

### **2 Base de Preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com e as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25.03.2014.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados aos valores justos.

#### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.7 e 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 3.5 e 9 - Contas a receber vinculadas à concessão;

NE nº 3.8 e 14 - Intangível; e

NE nº 3.21 - Arrendamentos.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.9 - Redução ao valor de recuperável dos ativos;

NE nº 3.18.1 - Receita não faturada;

NE nº 3.4 - Clientes e (provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD);

NE nº 3.20 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

NE nº 3.8 e 14 - Intangível;

NE nº 3.11 e 19 - Benefícios pós-emprego;

NE nº 3.14 e 23 - Contingências e provisões para litígios; e

NE nº 3.2 e 28 - Instrumentos financeiros.

### **3 Principais Políticas Contábeis**

#### **3.1 Mudanças nas políticas contábeis**

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013, na elaboração das demonstrações financeiras, está sendo aplicado o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

Para fins de comparação, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, e das mutações do patrimônio líquido de 31.12.2012 estão sendo reapresentados, contemplando os efeitos da adoção do novo pronunciamento, que foram decorrentes da eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****3.1.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012**

	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
<b>ATIVO</b>	<b>7.563.936</b>	<b>(3.169)</b>	<b>7.560.767</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.150.339</b>	-	<b>2.150.339</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.413.597</b>	<b>(3.169)</b>	<b>5.410.428</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	332.703	(3.169)	329.534
Outros	5.080.894	-	5.080.894
<b>PASSIVO</b>	<b>7.563.936</b>	-	<b>7.560.767</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.708.165</b>	-	<b>1.708.165</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.189.936</b>	<b>(9.320)</b>	<b>2.180.616</b>
Benefícios pós-emprego	295.899	(9.320)	286.579
Outros	1.894.037	-	1.894.037
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.665.835</b>	<b>6.151</b>	<b>3.671.986</b>

**3.1.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012**

	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
<b>ATIVO</b>	<b>8.812.803</b>	<b>34.068</b>	<b>8.846.871</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.876.268</b>	-	<b>2.876.268</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.936.535</b>	<b>34.068</b>	<b>5.970.603</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	488.812	34.068	522.880
Outros	5.447.723	-	5.447.723
<b>PASSIVO</b>	<b>8.812.803</b>	-	<b>8.846.871</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.970.456</b>	-	<b>1.970.456</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.240.827</b>	<b>100.200</b>	<b>3.341.027</b>
Benefícios pós-emprego	343.584	100.200	443.784
Outros	2.897.243	-	2.897.243
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.601.520</b>	<b>(66.132)</b>	<b>3.535.388</b>

**3.1.3 Efeitos na demonstração do resultado abrangente de 31.12.2012**

	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(43.420)</b>	-	<b>(43.420)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que nunca serão reclassificados para o resultado</b>			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	(109.520)	(109.520)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	-	37.237	37.237
<b>Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado</b>			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(11.253)	-	(11.253)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	3.826	-	3.826
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>	<b>(7.427)</b>	<b>(72.283)</b>	<b>(79.710)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(50.847)</b>	<b>72.283</b>	<b>(123.130)</b>



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



3.1.4 Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

	31.12.2012	1º.01.2012
<b>Saldo original publicado</b>	<b>3.601.520</b>	<b>3.665.835</b>
Ajuste de ganho (perda) atuarial conforme o CPC 33 (R1)	(100.200)	9.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.068	(3.169)
<b>Saldo rerepresentado</b>	<b>3.535.388</b>	<b>3.671.986</b>

**3.2 Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

**Ativos financeiros**

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### 3.2.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

### 3.2.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

## **Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio**

### 3.2.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### 3.2.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.2.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.4 Clientes**

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

### **3.5 Contas a receber vinculadas à concessão**

#### **3.5.1 Ativo financeiro - distribuição**

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

### **3.6 Estoque**

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

### **3.7 Tributos**

As receitas de vendas de mercadorias e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Para fins de apuração dos resultados tributáveis foi adotado o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, considerou-se os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### **3.8 Intangível**

#### **3.8.1 Contrato de concessão - distribuição**

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

#### **3.8.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **3.8.3 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **3.9 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

### **3.10 Dividendos e juros sobre capital próprio**

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

### **3.11 Benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 19. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **3.12 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE**

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 504/12 e 556/13.

### **3.13 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais**

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

### **3.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.15 Ajustes de avaliação patrimonial**

Nessa conta são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros disponíveis para venda, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

### **3.16 Reserva legal e reserva de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

### **3.17 Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

### **3.18 Reconhecimento da receita**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

#### **3.18.1 Receita não faturada**

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, da última medição efetuada até o último dia do mês.

#### **3.18.2 Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **3.19 Receita de construção e custo de construção**

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

### **3.20 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

### **3.21 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

#### **3.21.1 A Companhia como arrendadora**

As receitas de aluguel oriunda dos arrendamentos operacionais são reconhecidas pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

#### **3.21.2 A Companhia como arrendatária**

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

### **3.22 Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia, assim como sua distribuição durante determinado período.

### **3.23 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

#### 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e bancos conta movimento	117.362	82.965
Aplicações financeiras de liquidez imediata	129.683	1.043.396
	<b>247.045</b>	<b>1.126.361</b>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101,38% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2013 e 100,75% em 31.12.2012.

#### 5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	31.12.2013	31.12.2012
	NE 28.1			
<b>Títulos disponíveis para venda</b>				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	375	6.218
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	55.051
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	54.271	59.267
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	2	61.190
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	-	5.018
Letras Financeiras Ligadas à CEF - LF Caixa	2	CDI	-	3.307
			<b>54.648</b>	<b>190.051</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>				
LF Caixa com vencimento em 07.11.2013	2	CDI	-	2.035
LF Caixa com vencimento em 08.11.2013	2	CDI	-	2.439
			-	<b>4.474</b>
			<b>54.648</b>	<b>194.525</b>
		<b>Circulante</b>	<b>377</b>	<b>158.837</b>
		<b>Não circulante</b>	<b>54.271</b>	<b>35.688</b>

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

Entre os principais valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias:

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fundos exclusivos</b>		
Banco do Brasil	3	101.055
Caixa Econômica Federal	-	50.517
	<b>3</b>	<b>151.572</b>
<b>Garantias</b>		
Leilões da Aneel	374	-
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	54.271	42.953
	<b>54.645</b>	<b>42.953</b>

## 6 Cauções e Depósitos Vinculados

	31.12.2013	31.12.2012
Caução STN (6.1)	45.371	43.246
Caução CCEAR	1.068	34.289
Outros	4	4
	<b>46.443</b>	<b>77.539</b>
	<b>Circulante</b>	<b>34.293</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>43.246</b>

### 6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE 17.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

**7 Clientes**

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 31.12.2013</b>	<b>Saldo 31.12.2012</b>
<b>Consumidores</b>					
Residencial	146.604	83.268	32.308	262.180	295.864
Industrial	81.655	21.465	17.631	120.751	146.923
Comercial	108.573	29.038	14.847	152.458	177.108
Rural	20.767	7.526	6.761	35.054	40.499
Poder público	20.337	22.343	26.282	68.962	49.464
Iluminação pública	16.240	49	90	16.379	17.778
Serviço público	15.258	14.041	229	29.528	34.488
Receita não faturada	274.234	-	-	274.234	330.326
Parcelamento de débitos	64.958	5.495	27.768	98.221	93.302
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	25.415	-	-	25.415	4.694
Governo do Paraná - luz fraterna	65.544	1.801	11.642	78.987	60.259
Outros créditos	5.729	24.593	27.854	58.176	49.544
	<b>845.314</b>	<b>209.619</b>	<b>165.412</b>	<b>1.220.345</b>	<b>1.300.249</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
<b>Suprimento de energia elétrica</b>					
Contratos bilaterais	8.628	-	25	8.653	8.335
CCEE	-	-	14	14	14
	<b>8.628</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>8.667</b>	<b>8.349</b>
<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>					
Rede elétrica	14.205	1.396	2.361	17.962	24.719
Rede básica e de conexão	-	-	3	3	3
	<b>14.205</b>	<b>1.396</b>	<b>2.364</b>	<b>17.965</b>	<b>24.722</b>
<b>PCLD (7.1)</b>	-	-	<b>(126.254)</b>	<b>(126.254)</b>	<b>(106.897)</b>
	<b>868.147</b>	<b>211.015</b>	<b>41.561</b>	<b>1.120.723</b>	<b>1.226.423</b>
<b>Circulante</b>	<b>753.127</b>	<b>211.015</b>	<b>41.561</b>	<b>1.005.703</b>	<b>1.200.251</b>
<b>Não circulante</b>	<b>115.020</b>	-	-	<b>115.020</b>	<b>26.172</b>

**7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<b>Saldo em 1º.01.2012</b>	<b>Adições</b>	<b>Perdas</b>	<b>Saldo em 1º.01.2013</b>	<b>Adições / (reversões)</b>	<b>Perdas</b>	<b>Saldo em 31.12.2013</b>
<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>							
Residencial	28.953	27.123	(16.847)	39.229	19.196	(12.248)	46.177
Industrial	24.177	7.134	(2.739)	28.572	9.739	(4.713)	33.598
Comercial	19.466	8.026	(3.480)	24.012	5.285	(2.532)	26.765
Rural	1.805	4.582	(861)	5.526	1.621	(740)	6.407
Poder público	2.359	6.957	-	9.316	3.727	-	13.043
Iluminação pública	79	50	-	129	(48)	-	81
Serviço público	41	72	-	113	70	-	183
	<b>76.880</b>	<b>53.944</b>	<b>(23.927)</b>	<b>106.897</b>	<b>39.590</b>	<b>(20.233)</b>	<b>126.254</b>





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## **8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná**

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subseqüentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

Em 31.12.2013, o saldo da CRC foi transferido para a Copel, conforme anuência da Aneel, Despacho nº 4.222 de 11.12.2013, com a quitação do mútuo (NE nº 13), e a transferência do saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 468.317.

### **8.1 Mutação do CRC**

<b>Saldos</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1�.01.2012</b>	<b>65.862</b>	<b>1.280.598</b>	<b>1.346.460</b>
Juros	85.001	-	85.001
Variacão monetária	2.621	101.066	103.687
Transferências	73.310	(73.310)	-
Amortiza�es	(150.864)	-	(150.864)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>75.930</b>	<b>1.308.354</b>	<b>1.384.284</b>
Juros	87.149	-	87.149
Variacão monetária	2.522	69.677	72.199
Transferências	82.925	(82.925)	-
Amortiza�es	(163.078)	-	(163.078)
Transferência para a Copel	(85.448)	(1.295.106)	(1.380.554)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



## 9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

### 9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo não circulante	Obrigações especiais <sup>(1)</sup>	Total
<b>Em 1º.01.2012</b>	<b>3.817.328</b>	<b>(1.592.125)</b>	<b>2.225.203</b>
Capitalizações do intangível em curso	405.521	(57.916)	347.605
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução Nº 474/2012	136.658	(53.245)	83.413
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(13.116)		(13.116)
Variação monetária	276.041	(110.467)	165.574
Atualização do valor justo	(303.084)	(98.020)	(401.104)
Baixas	(24.313)	-	(24.313)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>4.295.035</b>	<b>(1.911.773)</b>	<b>2.383.262</b>
Capitalizações do intangível em curso	712.947	(82.878)	630.069
Variação monetária	210.310	(102.051)	108.259
Baixas	(28.233)	3.235	(24.998)
Baixas - Resolução 367/2009	(20.797)	-	(20.797)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>5.169.262</b>	<b>(2.093.467)</b>	<b>3.075.795</b>

<sup>(1)</sup> NE 14.2

### 9.2 Contas a receber vinculadas à concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro, por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de energia pelos consumidores (NE nº 3.5 Principais Políticas Contábeis - Contas a receber vinculadas à concessão e NE nº 14 Intangível).

### 9.3 Reajuste tarifário

Em 20.06.2013, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O reajuste tarifário médio autorizado foi de 14,61%, sendo 11,40% referente ao reajuste tarifário anual econômico, 1,68% relativos aos componentes financeiros do ano tarifário atual e 1,53% à retirada dos componentes financeiros do ano tarifário anterior. Entretanto, a Companhia solicitou junto à Aneel o efeito suspensivo do reajuste autorizado, com a perspectiva de diferimento na aplicação do índice de reajuste tarifário autorizado.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Atendendo à solicitação da Companhia, a Aneel, em 09.07.2013, aprovou o diferimento do reajuste médio de 14,61%, autorizando a aplicação de reajuste médio de 9,55%, retroativo a 24.06.2013, e, em caráter excepcional, o diferimento de R\$ 255.900, equivalente a diferença entre o reajuste aplicado e o autorizado, a ser considerado como um componente financeiro que será atualizado pela variação do IGP-M e incluído no cálculo do reajuste tarifário subsequente.

## **10 Outros Créditos**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Serviços em curso (10.1)	66.985	74.288
Repasso CDE (10.2)	51.067	-
Adiantamento a empregados	16.961	18.978
Adiantamento a fornecedores	12.397	2.464
Adiantamento para indenizações imobiliárias	11.253	4.900
Desativações em curso	8.870	9.595
Outros créditos	24.229	20.497
	<b>191.762</b>	<b>130.722</b>
	<b>Circulante</b>	<b>126.686</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>4.036</b>

### **10.1 Serviços em curso**

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

### **10.2 Repasse CDE**

Refere-se a recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados pela Eletrobrás para cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição no valor de R\$ 21.042, conforme Resolução Homologatória nº 1.586 de 13.08.2013 e R\$ 30.025 para compensar os custos decorrentes da exposição involuntária no mercado de curto prazo e do risco hidrológico, regulamentado através do Decreto nº 7.945 de 07.03.2013.

## 11 Tributos

### 11.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Ativo circulante</b>		
IR e CSLL a compensar	77.288	160.559
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(124.691)
	<b>77.288</b>	<b>35.868</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
IR e CSLL a recuperar	12.967	-
	<b>12.967</b>	-
<b>Passivo circulante</b>		
IR e CSLL a recolher	-	124.691
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(124.691)
	-	-

### 11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### 11.2.1 Mutação do imposto de renda e contribui o social diferidos

	Saldo em 1.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Outros	Saldo em 31.12.2013
<b>Ativo não circulante</b>								
Preju�o fiscal e base de cáculo negativa	-	-	-	-	8.799	-	-	8.799
Planos previdenciário e assistencial	105.711	17.022	-	122.733	11.378	-	-	134.111
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	-	29.559	-	29.559	(20.714)	-	-	8.845
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	34.068	34.068	-	45.829	-	79.897
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras adi�es temporárias								
Provisões para litígios	116.514	11.092	-	127.606	17.541	-	-	145.147
PSDV	8.358	24.073	-	32.431	(32.324)	-	-	107
Provisão para P&D e PEE	23.634	14.740	-	38.374	15.659	-	-	54.033
PCLD	26.549	10.494	-	37.043	6.591	-	-	43.634
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	11.279	-	-	-	11.279
Provisão para compra de energia	91.518	(3.166)	-	88.352	8.172	-	-	96.524
Provisão para participa�o nos lucros e/ou resultados	11.918	(4.646)	-	7.272	12.493	-	-	19.765
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	-	-	-	4.982	-	12.139	17.121
Outros	3.279	1.371	-	4.650	(411)	-	-	4.239
	<b>398.760</b>	<b>100.539</b>	<b>34.068</b>	<b>533.367</b>	<b>32.166</b>	<b>45.829</b>	<b>12.139</b>	<b>623.501</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>								
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	59.590	(55.131)	(4.459)	-	-	-	-	-
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	3.169	-	(3.169)	-	-	-	-	-
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	3.008	3.387	633	7.028	(3.609)	(634)	-	2.785
Outras exclus�es tempor�rias								
Capitaliza�o encargos financeiros	3.459	-	-	3.459	-	-	-	3.459
	<b>69.226</b>	<b>(51.744)</b>	<b>(6.995)</b>	<b>10.487</b>	<b>(3.609)</b>	<b>(634)</b>	-	<b>6.244</b>
<b>Líquido</b>	<b>329.534</b>	<b>152.283</b>	<b>41.063</b>	<b>522.880</b>	<b>35.775</b>	<b>46.463</b>	<b>12.139</b>	<b>617.257</b>



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



#### 11.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos.

#### 11.3 **Outros tributos a recuperar e a recolher**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Ativo circulante</b>		
ICMS a recuperar	28.992	29.481
PIS/Pasep e Cofins a compensar	52.462	43.695
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(32.912)	(41.716)
Outros tributos a compensar	67	-
	<b>48.609</b>	<b>31.460</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
ICMS a recuperar	64.253	60.652
PIS/Pasep e Cofins	488	-
Outros tributos a compensar	11	11
	<b>64.752</b>	<b>60.663</b>
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS a recolher	173.343	201.925
PIS/Pasep e Cofins a recolher	32.912	41.716
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(32.912)	(41.716)
Outros tributos	27.424	3.405
	<b>200.767</b>	<b>205.330</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	50.354	-
	<b>50.354</b>	-

#### 11.4 **Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Prejuízo antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(114.284)</b>	<b>(71.012)</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>38.857</b>	<b>24.144</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Juros sobre o capital próprio	-	3.022
Despesas indedutíveis	(3.028)	(2.430)
Incentivos fiscais	(54)	2.597
Outros	-	259
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	-	<b>(124.691)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>35.775</b>	<b>152.283</b>
Alíquota efetiva - %	31,3%	38,9%

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

## 12 Depósitos Judiciais

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fiscais</b>	<b>125.391</b>	<b>74.692</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>101.962</b>	<b>77.968</b>
<b>Cíveis</b>		
Fornecedores	95.558	95.558
Cíveis	26.645	22.517
Serviços de passagem	1.735	724
Consumidores	2.036	2.056
	<b>125.974</b>	<b>120.855</b>
<b>Outros</b>	<b>3.066</b>	<b>3.026</b>
	<b>356.393</b>	<b>276.541</b>

## 13 Créditos com Partes Relacionadas

O valor de R\$ 468.317 refere-se ao crédito com a Copel, resultante da transferência do saldo da CRC, no valor de R\$ 1.380.554 (NE nº 8), e a quitação do saldo do mútuo, no valor de R\$ 912.237.

A Companhia receberá o saldo remanescente até 31.03.2014, podendo ser antecipado a critério das partes. No caso de inadimplemento implicará na cobrança de correção monetária pela variação do IGP-M a partir de 31.03.2014, até a data do efetivo pagamento.

A operação foi anuída conforme despacho Aneel nº 4.222 de 11.12.2013.

## 14 Intangível

	Contrato de concessão	Amortização acumulada (a)	31.12.2013	Contrato de concessão	Amortização acumulada (a)	31.12.2012
Em serviço	3.664.119	(3.269.508)	394.611	3.713.620	(3.113.508)	600.112
Em curso	1.091.217	-	1.091.217	898.361	-	898.361
Obrigações Especiais	(480.972)	256.417	(224.555)	(404.375)	211.651	(192.724)
	<b>4.274.364</b>	<b>(3.013.091)</b>	<b>1.261.273</b>	<b>4.207.606</b>	<b>(2.901.857)</b>	<b>1.305.749</b>

(a) Amortização pelo período de concessão

**Mutação do intangível**

Saldos	Contrato de concessão				Total
	em serviço	em curso	Obrigações especiais		
			em serviço	em curso	
<b>Em 1º.01.2012</b>	<b>887.621</b>	<b>599.794</b>	<b>(200.444)</b>	<b>(40.457)</b>	<b>1.246.514</b>
Programa de investimentos	-	809.043	-	-	809.043
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(107.980)	(107.980)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Resolução nº 474/2012	(136.658)	-	53.245	-	(83.413)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(405.521)	-	57.916	(347.605)
Capitalizações para intangível em serviço	101.388	(101.388)	(6.773)	6.773	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(235.053)	-	42.709	-	(192.344)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(12.544)	-	2.287	-	(10.257)
Baixas	(4.642)	(3.567)	-	-	(8.209)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>600.112</b>	<b>898.361</b>	<b>(108.976)</b>	<b>(83.748)</b>	<b>1.305.749</b>
Programa de investimentos	-	977.078	-	-	977.078
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(160.614)	(160.614)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9.1)	-	(712.947)	-	82.878	(630.069)
Capitalizações para intangível em serviço	61.520	(61.520)	(6.519)	6.519	-
Quotas de amortização - concessão	(248.273)	-	43.163	-	(205.110)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(14.135)	-	2.460	-	(11.675)
Baixas	(4.508)	(9.755)	282	-	(13.981)
Baixas - Resolução nº 367	(105)	-	-	-	(105)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>394.611</b>	<b>1.091.217</b>	<b>(69.590)</b>	<b>(154.965)</b>	<b>1.261.273</b>

**14.1 Ativo intangível da concessão**

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção, bem como prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado por meio do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 474/2012, estabeleceu a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis, no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado desse ramo.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

O valor residual de cada bem, que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão, está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9).



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



#### **14.2 Obrigações especiais**

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

#### **14.3 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)**

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- o crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- a taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.





**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



## 15 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Obrigações Sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	24.028	39.845
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	19.042	21.887
	<b>43.070</b>	<b>61.732</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Folha de pagamento, líquida	1.245	1.750
Férias	52.529	62.821
Participação nos lucros e/ou resultados	58.134	21.389
Desligamentos voluntários	315	95.387
Consignações a favor de terceiros	44	49
	<b>112.267</b>	<b>181.396</b>
	<b>155.337</b>	<b>243.128</b>

## 16 Fornecedores

	31.12.2013	31.12.2012	
Energia elétrica	601.817	487.141	
Materiais e serviços	145.632	141.174	
Encargos de uso da rede elétrica	52.300	66.588	
	<b>799.749</b>	<b>694.903</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>771.815</b>	<b>694.903</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>27.934</b>	<b>-</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****16.1 Principais contratos de compra de energia**

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	<b>Período de suprimento</b>	<b>Energia comprada (MWh médio anual)</b>	<b>Data do leilão</b>	<b>Preço médio de compra (R\$/MWh)</b>
<b>Leilão de energia existente</b>				
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	812,41	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,45	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	51,91	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,76	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	54,37	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,010	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,012	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,59	30.11.2011	79,99
		<b>1.016,51</b>		
<b>Leilão de energia nova</b>				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,25	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	42,37	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	72,41	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	67,10	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	11,99	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	139,67	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,14	27.08.2009	144,60
		<b>662,03</b>		
<b>Leilão de projetos estruturantes</b>				
Santo Antonio	2012 a 2041	52,55	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	54,94	19.05.2008	71,37
		<b>107,49</b>		



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**17 Empréstimos e Financiamentos**

	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>Moeda estrangeira</b>						
STN (17.1)	1.568	586	2.154	3.311	62.661	56.029
Eletrobrás	7	-	7	6	-	5
	<b>1.575</b>	<b>586</b>	<b>2.161</b>	<b>3.317</b>	<b>62.661</b>	<b>56.034</b>
<b>Moeda nacional</b>						
Banco do Brasil (17.2)	115.808	39.612	155.420	143.829	492.802	457.543
Eletrobrás (17.3)	15.894	7	15.901	17.642	80.493	96.364
	<b>131.702</b>	<b>39.619</b>	<b>171.321</b>	<b>161.471</b>	<b>573.295</b>	<b>553.907</b>
	<b>133.277</b>	<b>40.205</b>	<b>173.482</b>	<b>164.788</b>	<b>635.956</b>	<b>609.941</b>

**17.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN**

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2013	31.12.2012
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	1.595	4.180
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	37.385	22.548
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	25.835	32.612
						<b>64.815</b>	<b>59.340</b>
					<b>Circulante</b>	<b>2.154</b>	<b>3.311</b>
					<b>Não circulante</b>	<b>62.661</b>	<b>56.029</b>

**Data da emissão:**

20.05.1998

**Garantias:**

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 18.700 e R\$ 26.671 (R\$ 17.820 e R\$ 25.426 em 31.12.2012), respectivamente (NE nº 6.1).

**Observação:**

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****17.2 Banco do Brasil S.A.**

<b>Contrato</b>	<b>Data da emissão</b>	<b>Nº de parcelas</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)</b>	<b>Valor do contrato</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	66	298	
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	311.286	430.932	
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	184.735	170.142	
CCB 21/11062X (d)	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% da taxa média do CDI	151.000	152.135	-	
						<b>648.222</b>	<b>601.372</b>	
						<b>Circulante</b>	<b>155.420</b>	<b>143.829</b>
						<b>Não circulante</b>	<b>492.802</b>	<b>457.543</b>

**Prestações anuais:**

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R\$ 50.333, vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018: (d)

**Destinação:**

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c) (d)

**Garantias:**

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

Cessão de créditos: (d)

**17.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.**

<b>Contrato</b>	<b>Data da emissão</b>	<b>Nº de parcelas</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)</b>	<b>Valor do contrato</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	
980/95 (a)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	12	16	
981/95 (b)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	376	441	
982/95 (c)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	142	166	
983/95 (d)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	179	205	
984/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	77	87	
985/95 (f)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	47	53	
002/04 (g)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	2.846	4.059	
142/06 (h)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	17.286	21.333	
206/07 (i)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	59.357	69.350	
273/09 (j)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	14.798	16.525	
2540/06 (k)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.274	1.771	
						<b>96.394</b>	<b>114.006</b>	
						<b>Circulante</b>	<b>15.901</b>	<b>17.642</b>
						<b>Não circulante</b>	<b>80.493</b>	<b>96.364</b>

**Destinação:**

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (g) (h) (i) (j)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa/PR: (k)

**Garantias:**

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****17.4 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador**

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		31.12.2013	%	31.12.2012	%
<b>Moeda estrangeira</b>					
Dólar norte-americano	14,64	64.822	8,01	59.351	7,66
		<b>64.822</b>	<b>8,01</b>	<b>59.351</b>	<b>7,66</b>
<b>Moeda nacional</b>					
TJLP	5,00		-	14	-
IGP-M	5,51	65	0,01	284	0,03
Ufir	0,00	96.394	11,91	114.006	14,72
CDI	41,59	648.157	80,07	601.074	77,59
		<b>744.616</b>	<b>91,99</b>	<b>715.378</b>	<b>92,34</b>
		<b>809.438</b>	<b>100,00</b>	<b>774.729</b>	<b>100,00</b>
<b>Circulante</b>		<b>173.482</b>		<b>164.788</b>	
<b>Não circulante</b>		<b>635.956</b>		<b>609.941</b>	

**17.5 Vencimentos das parcelas de longo prazo**

31.12.2013	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2015	-	356.532	356.532
2016	-	66.044	66.044
2017	-	65.027	65.027
2018	-	64.117	64.117
2019	-	10.657	10.657
Após 2020	62.661	10.918	73.579
	<b>62.661</b>	<b>573.295</b>	<b>635.956</b>

**17.6 Mutação de empréstimos e financiamentos**

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 1º.01.2012</b>	<b>4.490</b>	<b>53.955</b>	<b>13.129</b>	<b>654.652</b>	<b>726.226</b>
Ingressos	-	-	-	11.193	11.193
Encargos	2.738	-	11.148	44.892	58.778
Variação monetária e cambial	163	4.712	10	17	4.902
Transferências	2.633	(2.633)	156.847	(156.847)	-
Amortização - principal	(2.302)	-	(12.686)	-	(14.988)
Pagamento - encargos	(4.405)	-	(6.977)	-	(11.382)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>3.317</b>	<b>56.034</b>	<b>161.471</b>	<b>553.907</b>	<b>774.729</b>
Ingressos	-	-	-	151.000	151.000
Encargos	2.732	-	25.232	33.106	61.070
Variação monetária e cambial	259	7.974	8	-	8.241
Transferências	1.347	(1.347)	164.718	(164.718)	-
Amortização - principal	(1.478)	-	(9.185)	-	(10.663)
Pagamento - encargos	(4.016)	-	(170.923)	-	(174.939)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>2.161</b>	<b>62.661</b>	<b>171.321</b>	<b>573.295</b>	<b>809.438</b>



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### 17.7 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia contratou empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como, sem prévia e expressa autorização: não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, em caso de algum inadimplemento; e não ter o seu controle acionário alterado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

## 18 Debêntures

1ª emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato			
			inicial	final			31.12.2013	31.12.2012	
Série única	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.015.389	1.010.677	
							<b>1.015.389</b>	<b>1.010.677</b>	
							<b>Circulante</b>	<b>16.972</b>	<b>12.719</b>
							<b>Não circulante</b>	<b>998.417</b>	<b>997.958</b>

#### Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de R\$ 1.000.000.

Foram emitidos 100.000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

#### Encargos financeiros:

Juros pagos semestralmente em abril e outubro.

#### Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.

#### Garantias:

Fidejussória

#### Interveniente garantidora:

Copel.

#### Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **18.1 Mutação das debêntures**

	<b>circulante</b>	<b>não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º.01.2012</b>	-	-	-
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	14.858	(2.042)	12.816
Pagamento - encargos	(2.139)	-	(2.139)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>12.719</b>	<b>997.958</b>	<b>1.010.677</b>
Encargos	89.392	459	89.851
Pagamento - encargos	(85.139)	-	(85.139)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>16.972</b>	<b>998.417</b>	<b>1.015.389</b>

### **18.2 Cláusulas contratuais restritivas**

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% para a Copel Holding e 30% para a Copel Distribuição, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

## **19 Benefícios Pós-Emprego**

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Em função da unificação dos regulamentos dos Planos I e II ocorrida no último trimestre de 2013 o plano assumiu uma nova nomenclatura, passando a chamar-se Plano Unificado.

### **19.1 Plano de benefício previdenciário**

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 (R1) e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

### **19.2 Plano de benefício assistencial**

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

### **19.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício**

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	<b>31.12.2013</b>	<b>Reapresentado 31.12.2012</b>
Plano previdenciário	-	611
Plano assistencial	629.434	461.177
	<b>629.434</b>	<b>461.788</b>
	<b>Circulante</b>	<b>21.043</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>608.391</b>
		<b>18.004</b>
		<b>443.784</b>

A Companhia revisou a sua posição atuarial definida por ocasião do último exercício social em 31.12.2012, motivada principalmente pelos aumentos nas taxas de juros e na variação real dos custos. Conseqüentemente, as premissas financeiras foram revisadas em conjunto com seu atuário independente, considerando uma nova taxa de desconto na data base de 31.12.2013, com base nos leilões de títulos do Governo Federal mais recentes. Os ativos líquidos dos planos também foram revisados e reavaliados pelos seus valores justos

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Plano previdenciário (CD)	32.207	29.890
Plano previdenciário (CD) - administradores	70	-
Plano assistencial - pós-emprego	51.994	65.440
Plano assistencial	33.934	30.857
Plano assistencial - administradores	6	-
	<b>118.211</b>	<b>126.187</b>



**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Mutação de benefícios pós-emprego**

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º.01.2012 - Reapresentado</b>	<b>24.612</b>	<b>286.579</b>	<b>311.191</b>
Apropriação do cálculo atuarial	-	65.461	65.461
Contribuições previdenciárias e assistenciais	68.957	-	68.957
Ajuste referente a perdas atuariais	-	109.520	109.520
Transferências	17.776	(17.776)	-
Amortizações	(93.341)	-	(93.341)
<b>Em 31.12.2012 - Reapresentado</b>	<b>18.004</b>	<b>443.784</b>	<b>461.788</b>
Apropriação do cálculo atuarial	-	51.993	51.993
Contribuições previdenciárias e assistenciais	78.668	-	78.668
Ajuste referente a perdas atuariais	-	134.792	134.792
Transferências	22.178	(22.178)	-
Amortizações	(97.807)	-	(97.807)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>21.043</b>	<b>608.391</b>	<b>629.434</b>

**19.4 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)****19.4.1 Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2013 e 2012, estão demonstradas a seguir:

	<b>2013</b>		<b>2012</b>	
	<b>Real</b>	<b>Nominal</b>	<b>Real</b>	<b>Nominal</b>
<b>Econômicas</b>				
Inflação a.a.	-	5,93%	-	5,35%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	6,10%	12,39%	3,34%	8,87%
Planos de benefícios assistenciais	6,19%	12,49%	3,83%	9,39%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,05%	2,00%	7,46%
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

**19.4.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)**

	<b>Plano BD</b>	<b>Plano CD</b>
<b>Em 31.12.2013</b>		
Participantes aposentados	17,72	26,67
Participantes pensionistas	18,48	30,12
<b>Em 31.12.2012</b>		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,0 anos.

#### 19.4.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2013 totalizaram um superávit do plano de R\$ 195.244, enquanto que, em 31.12.2012, a posição era de R\$ 312.300, resumidas abaixo:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.125.428	712.135	2.837.563	3.256.746
Valor justo dos ativos do plano	(2.320.672)	(82.701)	(2.403.373)	(3.107.869)
<b>Estado de cobertura do plano</b>	<b>(195.244)</b>	<b>629.434</b>	<b>434.190</b>	<b>148.877</b>
Ativo não reconhecido	195.244	-	195.244	312.300
	-	<b>629.434</b>	<b>629.434</b>	<b>461.177</b>

A Companhia procedeu um ajuste no seu passivo assistencial através de relatório atuarial, data base 30.09.2013, quando efetuou o registro em outros resultados abrangentes do valor de R\$ 109.707 correspondente a perda atuarial apurada até àquela data. Em 31.12.2013 registrou na mesma conta o valor de R\$ 25.085, correspondente a perda atuarial apurada pelo relatório atuarial, naquela data base.

#### 19.4.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2012</b>	<b>2.611.994</b>	<b>384.450</b>
Custo de serviço	226	1.608
Custo dos juros	235.031	56.790
Benefícios pagos	(169.127)	(8.484)
(Ganhos) / perdas atuariais	19.094	125.164
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012</b>	<b>2.697.218</b>	<b>559.528</b>
Custo de serviço	440	8.516
Custo dos juros	162.409	37.121
Benefícios pagos	(149.963)	(27.824)
(Ganhos) / perdas atuariais	(584.676)	134.794
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2013</b>	<b>2.125.428</b>	<b>712.135</b>

#### 19.4.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
<b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2012</b>	<b>2.732.922</b>	<b>82.856</b>
Retorno esperado dos ativos	289.183	9.512
Contribuições e aportes	18.869	-
Benefícios pagos	(169.128)	(8.484)
Ganhos / (perdas) atuariais	137.672	14.467
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012</b>	<b>3.009.518</b>	<b>98.351</b>
Retorno esperado dos ativos	256.826	-
Contribuições e aportes	1.898	-
Benefícios pagos	(149.964)	(27.824)
Ganhos / (perdas) atuariais	(797.606)	12.174
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2013</b>	<b>2.320.672</b>	<b>82.701</b>

#### 19.4.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2014, segundo critérios atuariais do CPC 33 (R1), para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2014
Custo do serviço corrente	838	5.342	6.180
Custo estimado dos juros	218.828	72.273	291.101
Rendimento esperado do ativo do plano	(283.492)	(10.523)	(294.015)
Contribuições estimadas dos empregados	(328)	-	(328)
<b>Custos (receitas)</b>	<b>(64.154)</b>	<b>67.092</b>	<b>2.938</b>

#### 19.4.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
<b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	6,10%	-7,56%	10,13%
Impactos em milhares de reais - R\$		(133.563)	178.755
Impactos nas obrigações do programa de saúde	6,19%	-17,66%	12,28%
Impactos em milhares de reais - R\$		(104.652)	72.701
<b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	4,68%	-12,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		38.247	(84.763)
<b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,40%	0,31%
Impactos em milhares de reais - R\$		(8.381)	6.700
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,33%	0,48%
Impactos em milhares de reais - R\$		(9.525)	3.427

#### 19.4.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2014	240.010	60.865	300.875
2015	250.110	61.085	311.195
2016	259.853	61.396	321.249
2017	267.160	61.885	329.045
2018	554.012	125.702	679.714
2020 a 2050	6.141.876	1.763.256	7.905.132

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****19.4.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos**

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2013 e a alocação-meta para 2014, por categoria de ativos, são as seguintes:

	<b>Meta para 2014</b>	<b>2013</b>
Renda fixa	84,2%	85,8%
Renda variável	8,8%	10,3%
Empréstimos	1,9%	1,5%
Imóveis	2,0%	1,7%
Investimentos estruturados	3,1%	0,7%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	<b>Plano Unificado (BD)</b>		<b>Plano III (CD)</b>	
	<b>meta (%)</b> (*)	<b>mínimo (%)</b>	<b>meta (%)</b>	<b>mínimo (%)</b>
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%

(\*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

**20 Encargos do Consumidor a Recolher**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.342	22.886
Reserva global de reversão - RGR	4.732	9.749
Conta de consumo de combustível - CCC	-	16.627
	<b>11.074</b>	<b>49.262</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

## 21 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

### 21.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2013	Saldo em 31.12.2012
<b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>					
FNDCT (a)	-	1.940	-	1.940	1.840
MME	-	970	-	970	920
P&D	19.126	-	79.836	98.962	84.745
	<b>19.126</b>	<b>2.910</b>	<b>79.836</b>	<b>101.872</b>	<b>87.505</b>
<b>Programa de eficiência energética - PEE</b>					
	<b>40.242</b>	-	<b>64.752</b>	<b>104.994</b>	<b>116.642</b>
	<b>59.368</b>	<b>2.910</b>	<b>144.588</b>	<b>206.866</b>	<b>204.147</b>
			<b>Circulante</b>	<b>107.744</b>	<b>142.936</b>
			<b>Não circulante</b>	<b>99.122</b>	<b>61.211</b>

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

### 21.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 1º.01.2012</b>	<b>1.617</b>	<b>810</b>	<b>21.013</b>	<b>51.504</b>	<b>117.478</b>	<b>8.622</b>	<b>201.044</b>
Constituições	10.376	5.187	-	10.375	-	26.082	52.020
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	145	145
Juros Selic	-	-	-	5.318	-	5.631	10.949
Transferências	-	-	8.490	(8.490)	37.976	(37.976)	-
Recolhimentos	(10.153)	(5.077)	-	-	-	-	(15.230)
Conclusões	-	-	(3.465)	-	(41.316)	-	(44.781)
<b>Em 31.12.2012</b>	<b>1.840</b>	<b>920</b>	<b>26.038</b>	<b>58.707</b>	<b>114.138</b>	<b>2.504</b>	<b>204.147</b>
Constituições	10.545	5.272	-	10.545	-	25.109	51.471
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	617	617
Juros Selic	-	-	-	5.828	-	4.907	10.735
Transferências	-	-	5.710	(5.710)	3.385	(3.385)	-
Recolhimentos	(10.445)	(5.222)	-	-	-	-	(15.667)
Conclusões	-	-	(2.156)	-	(42.281)	-	(44.437)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>1.940</b>	<b>970</b>	<b>29.592</b>	<b>69.370</b>	<b>75.242</b>	<b>29.752</b>	<b>206.866</b>

## 22 Outras Contas a Pagar

	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.489	17.852
Devolução ao consumidor	19.428	7.650
Consumidores	18.516	15.606
Cauções em garantia	10.693	7.842
Outras obrigações	16.857	18.573
	<b>86.983</b>	<b>67.523</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

## 23 Contingências e Provisões para Litígios

### 23.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

#### Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2013
<b>Fiscais (23.1.1)</b>	<b>13.514</b>	<b>1.933</b>	<b>(52)</b>	<b>-</b>	<b>15.395</b>
<b>Trabalhistas (23.1.2)</b>	<b>125.257</b>	<b>34.755</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(5.099)</b>	<b>153.504</b>
<b>Benefícios a empregados (23.1.3)</b>	<b>63.372</b>	<b>60.192</b>	<b>(30.791)</b>	<b>(19.165)</b>	<b>73.608</b>
<b>Cíveis (23.1.4)</b>					
Fornecedores (a)	68.630	-	(3.855)	-	64.775
Cíveis e direito administrativo (b)	70.445	13.691	(1.750)	(2.665)	79.721
Servidões de passagem (c)	3.429	1.383	(953)	(34)	3.825
Desapropriações e patrimoniais (c)	2.549	4.311	-	(18)	6.842
Consumidores	7.477	3.024	(868)	-	9.633
	<b>152.530</b>	<b>22.409</b>	<b>(7.426)</b>	<b>(2.717)</b>	<b>164.796</b>
<b>Ambientais</b>	<b>99</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122</b>
<b>Regulatórias (23.1.5)</b>	<b>22.124</b>	<b>3.724</b>	<b>(4.785)</b>	<b>-</b>	<b>21.063</b>
	<b>376.896</b>	<b>123.036</b>	<b>(44.463)</b>	<b>(26.981)</b>	<b>428.488</b>

	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2012
<b>Fiscais (23.1.1)</b>	<b>1.021</b>	<b>14.124</b>	<b>(1.590)</b>	<b>(41)</b>	<b>13.514</b>
<b>Trabalhistas (23.1.2)</b>	<b>107.661</b>	<b>35.774</b>	<b>(1.630)</b>	<b>(16.548)</b>	<b>125.257</b>
<b>Benefícios a empregados (23.1.3)</b>	<b>44.853</b>	<b>27.104</b>	<b>(149)</b>	<b>(8.436)</b>	<b>63.372</b>
<b>Cíveis (23.1.4)</b>					
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	70.948	24.278	(18.347)	(6.434)	70.445
Servidões de passagem (c)	2.569	922	(48)	(14)	3.429
Desapropriações e patrimoniais (c)	2.175	467	(93)	-	2.549
Consumidores	5.493	4.490	(2.506)	-	7.477
	<b>169.188</b>	<b>32.336</b>	<b>(42.546)</b>	<b>(6.448)</b>	<b>152.530</b>
<b>Ambientais</b>	<b>32</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99</b>
<b>Regulatórias (23.1.5)</b>	<b>21.518</b>	<b>804</b>	<b>(160)</b>	<b>(38)</b>	<b>22.124</b>
	<b>344.273</b>	<b>110.209</b>	<b>(46.075)</b>	<b>(31.511)</b>	<b>376.896</b>

#### 23.1.1 Fiscais

Do total dos processos fiscais, o valor de R\$ 12.294 refere-se à ação anulatória ordinária nº 0004438-79.2012.8.16.0179, objetivando anular a exigibilidade de auto de infração, que autuou a Companhia por considerar ilegal a concessão de diferimento de ICMS aplicado no consumo de energia elétrica, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



#### 23.1.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

#### 23.1.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Companhia ) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares

#### 23.1.4 Cíveis

##### **a) Fornecedores**

##### **Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.**

Trata-se de contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., sobre o qual a Companhia promoveu ação judicial para discutir a validade de cláusulas e condições ilegais, enquanto que as vendedoras, após rescindirem o pacto, provocaram a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Companhia a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Companhia pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Na fase de cumprimento/execução de sentença, os fornecedores apresentaram cartas de fiança bancária como garantia e, após, levantaram valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), porém a ação permanece classificada como perda provável, em razão de execução de saldo remanescente, no final de 2011, no valor de R\$ 27.438, com conseqüente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Companhia, pendente de julgamento, pelo que foi mantida a provisão financeira para este litígio, no valor original das dívidas que, corrigidas até 31.12.2013, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 24.250 estão contabilizados na conta Fornecedores.

Pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública foi determinado o pagamento de R\$ 22.162 como saldo remanescente, com a conseqüente liberação a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.372, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Esta decisão ainda está sub judice, vez que é objeto de recurso pela Companhia e pelo Consórcio Salto Natal.

##### **b) Cíveis e direito administrativo**

Ações em que a Companhia é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **c) Servidões de passagem, desapropriações e patrimonial**

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros, sejam nas áreas de propriedade da Companhia ou em áreas que tenham sido objeto de servidões de passagem.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas e faixas de servidões.

#### **23.1.5 Regulatórias**

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 10.261, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CEEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Companhia será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

### **23.2 Ações consideradas como de perda possível**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Fiscais	122.941	89.594
Trabalhistas	264.732	198.037
Benefícios a empregados	74.293	31.548
Cíveis	261.215	235.754
Regulatórias	23.028	17.640
	<b>746.209</b>	<b>572.573</b>

### **Detalhamento das principais ações**

#### **23.2.1 Cíveis**

Propositura de 5 ações individuais, em razão de 5 contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos



valores das tarifas, dentre outras verbas. Na ação proposta relativa à franquia da Agência Faxinal, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, admitidos no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 6.500, (correspondente a O&M e comercial atualizado). Este autor também promoveu Reclamação no STF, cujo seguimento foi negado pelo Ministro Marco Aurélio de Mello. Contra esta decisão, o reclamante interpôs agravo regimental, que foi improvido e, na sequência, opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento.

Na ação proposta relativa à franquia da Agência de São José dos Pinhais, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel opôs Embargos de Declaração, pendente de julgamento. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 21.175, (correspondente a O&M e comercial atualizado).

## **24 Patrimônio Líquido**

### **24.1 Capital social**

O capital social integralizado, em 31.12.2013 (e em 31.12.2012), monta a R\$ 2.624.841, composto por 2.624.840.634 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

### **24.2 Reserva de lucros**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Reserva legal	135.294	135.294
Reserva de retenção de lucros	761.646	840.155
	<b>896.940</b>	<b>975.449</b>

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimentos da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. De acordo com o artigo 189 da citada Lei, esta reserva também foi utilizada para absorver o prejuízo do exercício de 2013.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****24.3 Muta o de ajustes de avalia o patrimonial**

<b>Em 1<sup>o</sup>.01.2012 - Reapresentado</b>	<b>14.808</b>
<b>Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:</b>	
Aplica�es financeiras	1.863
Tributos sobre os ajustes	(633)
Contas a receber vinculadas � concessão	(13.116)
Tributos sobre os ajustes	4.459
<b>Ajustes referentes a passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	(109.520)
Tributos sobre os ajustes	37.237
<b>Em 31.12.2012 - Reapresentado</b>	<b>(64.902)</b>
<b>Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:</b>	
Aplica�es financeiras	(1.865)
Tributos sobre os ajustes	634
<b>Ajustes referentes a passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	(134.792)
Tributos sobre os ajustes	45.829
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>(155.096)</b>

**25 Receita Operacional Líquida**

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (25.5)	Receita líquida 31.12.2013
Fornecimento de energia elétrica (25.1)	4.454.625	(389.963)	(1.147.876)	(30.789)	2.885.997
Suprimento de energia elétrica (25.2)	109.506	(9.451)	-	-	100.055
Disponibilidade da rede elétrica (25.3)	3.187.949	(296.344)	(830.890)	(113.409)	1.947.306
Receita de constru�o	898.606	-	-	-	898.606
Outras receitas operacionais (25.4)	170.226	(40.615)	-	-	129.611
	<b>8.820.912</b>	<b>(736.373)</b>	<b>(1.978.766)</b>	<b>(144.198)</b>	<b>5.961.575</b>

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (25.5)	Receita líquida 31.12.2012
Fornecimento de energia elétrica (25.1)	4.026.036	(373.010)	(1.127.664)	(34.724)	2.490.638
Suprimento de energia elétrica (25.2)	167.065	(11.602)	-	-	155.463
Disponibilidade da rede elétrica (25.3)	4.796.275	(444.574)	(1.205.201)	(646.425)	2.500.075
Receita de constru�o	665.601	-	-	-	665.601
Outras receitas operacionais (25.4)	91.854	(11.460)	-	-	80.394
	<b>9.746.831</b>	<b>(840.646)</b>	<b>(2.332.865)</b>	<b>(681.149)</b>	<b>5.892.171</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****25.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor**

	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Residencial	1.605.603	1.302.177	1.074.118	782.293
Industrial	1.298.722	1.291.324	803.434	790.773
Comercial, serviços e outras atividades	1.023.960	951.605	627.864	574.747
Rural	194.085	177.083	165.078	148.870
Poder público	118.263	114.038	83.811	79.149
Iluminação pública	97.565	92.450	60.070	56.242
Serviço público	116.427	97.359	71.622	58.564
	<b>4.454.625</b>	<b>4.026.036</b>	<b>2.885.997</b>	<b>2.490.638</b>

**25.2 Suprimento de energia elétrica**

	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Contratos bilaterais	97.003	97.996
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.503	69.069
	<b>109.506</b>	<b>167.065</b>

**25.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor**

	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Residencial	1.232.186	1.657.935	720.321	830.282
Industrial	634.024	1.238.560	358.609	579.214
Comercial, serviços e outras atividades	767.468	1.105.455	456.872	578.570
Rural	167.640	230.829	136.798	165.592
Poder público	99.147	143.238	66.815	83.874
Iluminação pública	87.666	110.562	51.198	53.448
Serviço público	58.574	102.408	34.025	50.699
Consumidores livres	140.135	204.768	121.705	156.470
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.109	2.520	963	1.926
	<b>3.187.949</b>	<b>4.796.275</b>	<b>1.947.306</b>	<b>2.500.075</b>

**25.4 Outras receitas operacionais**

	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	77.527	12.068
Arrendamentos e aluguéis (25.4.1)	76.199	66.661
Renda da prestação de serviços	6.230	3.861
Serviço taxado	9.082	8.214
Outras receitas	1.188	1.050
	<b>170.226</b>	<b>91.854</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****25.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Equipamentos e estruturas	75.677	66.239
Imóveis	522	422
	<b>76.199</b>	<b>66.661</b>

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

O compartilhamento de estrutura refere-se à cessão de pontos de fixação, em espaço predeterminado nos postes, para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo ao contido no Art. 73 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001/99, e na Resolução Aneel nº 581/02. Objetiva, também, a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

**25.5 Encargos do consumidor**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	51.467	52.020
Conta de desenvolvimento energético - CDE	76.104	274.634
Conta de consumo de combustível - CCC	16.627	280.685
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	58.151
Outros encargos	-	15.659
	<b>144.198</b>	<b>681.149</b>

**26 Custos e Despesas Operacionais**

	<b>Custos operacionais</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>31.12.2013</b>
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(3.518.865)	-	-	-	(3.518.865)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(249.465)	-	-	-	(249.465)
Pessoal e administradores (26.3)	(596.073)	-	(127.661)	-	(723.734)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19.3)	(95.802)	-	(22.409)	-	(118.211)
Material	(46.029)	-	(4.502)	-	(50.531)
Serviços de terceiros (26.4)	(192.150)	(33.801)	(66.693)	-	(292.644)
Amortização	(168.341)	-	(36.769)	-	(205.110)
Provisões e reversões (26.5)	-	(39.698)	-	(78.535)	(118.233)
Custo de construção (26.6)	(898.606)	-	-	-	(898.606)
Outros custos e despesas operacionais (26.7)	(12.107)	6.237	(39.499)	(84.029)	(129.398)
	<b>(5.777.438)</b>	<b>(67.262)</b>	<b>(297.533)</b>	<b>(162.564)</b>	<b>(6.304.797)</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	<b>Custos operacionais</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>31.12.2012</b>
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.939.447)	-	-	-	(2.939.447)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(648.501)	-	-	-	(648.501)
Pessoal e administradores (26.3)	(655.416)	-	(168.686)	-	(824.102)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19.3)	(102.048)	-	(24.139)	-	(126.187)
Material	(43.173)	(1)	(5.122)	-	(48.296)
Serviços de terceiros (26.4)	(201.114)	(32.202)	(86.819)	-	(320.135)
Amortização	(161.809)	-	(30.535)	-	(192.344)
Provisões e reversões (26.5)	-	(54.852)	-	(64.134)	(118.986)
Custo de construção (26.6)	(665.601)	-	-	-	(665.601)
Outros custos e despesas operacionais (26.7)	(7.994)	7.395	(39.009)	(45.620)	(85.228)
	<b>(5.425.103)</b>	<b>(79.660)</b>	<b>(354.310)</b>	<b>(109.754)</b>	<b>(5.968.827)</b>

**26.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.388.398	1.986.223
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	617.192	241.871
(-) Repasse CDE - CCEE - Decreto nº 7.945/2013	(294.085)	-
Itaipu Binacional	610.404	503.335
Contratos bilaterais	361.942	341.382
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	161.062	139.865
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(326.048)	(273.229)
	<b>3.518.865</b>	<b>2.939.447</b>

**26.2 Encargos de uso da rede elétrica**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Encargos dos serviços do sistema - ESS	308.865	75.485
(-) Repasse CDE - ESS - Decreto nº 7.945/2013	(319.624)	-
Encargos de uso do sistema	216.683	544.597
Encargos de transporte de Itaipu	51.188	45.217
Encargo de Energia de Reserva - EER	16.672	49.228
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(24.319)	(66.026)
	<b>249.465</b>	<b>648.501</b>

**26.3 Pessoal e administradores**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	434.534	477.886
Encargos sociais	138.770	157.774
Participação nos lucros e/ou resultados (26.3.1)	58.134	21.389
Auxílio alimentação e educação	63.674	60.615
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias (26.3.2)	27.673	105.842
	<b>722.785</b>	<b>823.506</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	705	460
Encargos sociais	234	134
Outros gastos	10	2
	<b>949</b>	<b>596</b>
	<b>723.734</b>	<b>824.102</b>

**26.3.1 Participação nos lucros e/ou resultados**

O programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, está de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

**26.3.2 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias**

A Companhia instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da Companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.

Contudo, as mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, afetaram sobremaneira as finanças da Companhia, exigindo, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013 e a edição de novo programa de desligamento incentivado, com regras distintas, através das Circulares 065 e 069 de 2013.

**26.4 Serviços de terceiros**

	31.12.2013	31.12.2012
Comunicação, processamento e transmissão de dados	70.147	70.917
Manutenção do sistema elétrico	57.868	87.025
Leitura e entrega de faturas	35.930	35.744
Agentes autorizados e credenciados	33.801	32.200
Manutenção de instalações	32.407	33.860
Consultoria e auditoria	4.352	6.564
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre serviços de terceiros	(4.802)	(8.548)
Outros serviços	62.941	62.373
	<b>292.644</b>	<b>320.135</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****26.5 Provisões e reversões**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>PCLD (Clientes e Outros créditos)</b>	<b>39.698</b>	<b>54.852</b>
<b>Provisão (reversão) para litígios</b>		
Fiscais	1.881	12.534
Trabalhistas	33.346	34.144
Benefícios a empregados	29.401	26.955
Cíveis	14.983	(10.210)
Ambientais	23	67
Regulatórias	(1.099)	644
	<b>78.535</b>	<b>64.134</b>
	<b>118.233</b>	<b>118.986</b>

**26.6 Custo de construção**

	<b>31.12.2013</b>	<b>Reapresentado 31.12.2012</b>
Material	426.256	342.822
Serviços de terceiros	279.346	214.776
Pessoal	104.724	76.367
Outros	88.280	31.636
	<b>898.606</b>	<b>665.601</b>

**26.7 Outros custos e despesas operacionais**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Perdas na desativação e alienação de bens	62.793	7.060
Indenizações	19.418	21.661
Arrendamentos e aluguéis (26.7.1)	14.766	15.639
Taxa de fiscalização da Aneel	11.216	13.317
Tributos	10.404	13.771
Propaganda e publicidade	5.449	4.882
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	160	3.263
Recuperação de custos e despesas	(21.237)	(37.013)
Outros custos e despesas, líquidos	26.429	42.648
	<b>129.398</b>	<b>85.228</b>

**26.7.1 Arrendamentos e aluguéis**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Imóveis	11.083	11.868
Fotocopiadora	676	822
Outros	4.109	4.003
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.102)	(1.054)
	<b>14.766</b>	<b>15.639</b>

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2013, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



## 27 Resultado Financeiro

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	159.348	188.688
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	108.259	165.574
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	101.627	123.545
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	51.819	44.781
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	16.229	5.558
Outras receitas financeiras	15.283	18.947
	<b>452.565</b>	<b>547.093</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	195.072	118.150
Juros sobre P&D e PEE	10.735	10.949
Variações monetárias e cambiais	6.804	350
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão	-	401.104
Outras despesas financeiras	11.016	10.896
	<b>223.627</b>	<b>541.449</b>
<b>Líquido</b>	<b>228.938</b>	<b>5.644</b>

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2013 totalizaram R\$ 40.644, à taxa média de 7,77% a.a.





COPEL

Copel Distribuição S.A.



## 28 Instrumentos Financeiros

### 28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2013		31.12.2012	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	247.045	247.045	1.126.361	1.126.361
			<b>247.045</b>	<b>247.045</b>	<b>1.126.361</b>	<b>1.126.361</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caução STN (b)	6	1	45.371	32.415	43.246	42.627
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	1	1.072	1.072	34.293	34.293
Clientes (a)	7	1	1.120.723	1.120.723	1.226.423	1.226.423
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	8	1	-	-	1.384.284	1.633.076
			<b>1.167.166</b>	<b>1.154.210</b>	<b>2.688.246</b>	<b>2.936.419</b>
<b>Disponíveis para venda</b>						
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	9	3	3.075.795	3.075.795	2.383.262	2.383.262
Títulos e valores mobiliários (e)	5	1	54.273	54.273	120.457	120.457
Títulos e valores mobiliários (e)	5	2	375	375	69.594	69.594
			<b>3.130.443</b>	<b>3.130.443</b>	<b>2.573.313</b>	<b>2.573.313</b>
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	-	-	4.474	4.474
			-	-	<b>4.474</b>	<b>4.474</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>4.544.654</b>	<b>4.531.698</b>	<b>6.392.394</b>	<b>6.640.567</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Outras obrigações - derivativos (e)		1	-	-	13	13
			-	-	<b>13</b>	<b>13</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>						
Fornecedores (a)	16	1	799.749	799.749	694.903	694.903
Empréstimos e financiamentos (b)	17	1	809.438	777.474	774.729	759.451
Debêntures (f)	18	1	1.015.389	1.015.389	1.010.677	1.010.677
			<b>2.624.576</b>	<b>2.592.612</b>	<b>2.480.309</b>	<b>2.465.031</b>
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>2.624.576</b>	<b>2.592.612</b>	<b>2.480.322</b>	<b>2.465.044</b>

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

**Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo; e

**Nível 3:** obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, variação do CDI vezes 106% a.a.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- c) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, que foi remunerado aproximadamente em 6,82% a.a. mais IPCA, em 31.12.2013.
- d) Critérios e premissas divulgados na NE nº 3.5.1.

<b>Em 31.12.2012</b>	<b>2.383.262</b>
Capitalizações do intangível em curso	630.069
Variação monetária	108.259
Baixas	(24.998)
Baixas - Resolução nº 367/2009	(20.797)
<b>Em 31.12.2013</b>	<b>3.075.795</b>

- e) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- f) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2013, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro, de R\$ 1.015.

## **28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### **28.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	247.045	1.126.361
Títulos e valores mobiliários (a)	54.648	194.525
Cauções e depósitos vinculados (a)	46.443	77.539
Clientes (b)	1.120.723	1.226.423
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	3.075.795	2.383.262
	<b>4.544.654</b>	<b>6.392.394</b>

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

- c) Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição.

A Administração considera bastante reduzido o risco de crédito sobre estes ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão.

#### 28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que

fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2013</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 17	1.814	3.643	186.325	718.958	137.293	1.048.033
Debêntures	NE nº 18	18	-	115.599	1.311.513	-	1.427.130
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	124.286	575.224	3.606.457	5.517.175	9.823.142
Outros fornecedores	-	584.982	123.014	24.948	66.804	-	799.748
Benefícios pós emprego	-	25.073	50.146	225.657	1.641.203	7.905.133	9.847.212
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	556.415	2.589.501	11.054.285	74.640.420	88.840.621
		<b>611.887</b>	<b>857.504</b>	<b>3.717.254</b>	<b>18.399.220</b>	<b>88.200.021</b>	<b>111.785.886</b>
<b>31.12.2012</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 17	2.513	2.025	175.250	630.837	142.278	952.903
Debêntures	NE nº 18	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	13	-	-	-	-	13
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Outros fornecedores	-	478.154	145.143	35	32.506	-	655.838
Benefícios pós emprego	7,46%	16.504	33.007	148.533	881.453	5.537.965	6.617.462
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	533.543	2.566.527	9.724.362	46.201.543	59.025.975
		<b>497.184</b>	<b>806.582</b>	<b>3.386.849</b>	<b>15.231.315</b>	<b>56.659.229</b>	<b>76.581.159</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada

Conforme divulgado nas NEs nºs 17.7 e 18.2, a Companhia tem empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5) e em dinheiro (NE nº 6).

### 28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) **Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Companhia.

**Análise de sensibilidade do risco cambial**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 2,47) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2014		
		31.12.2013	Provável	Adverso	Remoto
<b>Ativos financeiros</b>					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	45.371	2.467	(9.492)	(21.452)
		<b>45.371</b>	<b>2.467</b>	<b>(9.492)</b>	<b>(21.452)</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(64.815)	(3.525)	(20.610)	(37.695)
Eletrobrás	Alta do dólar	(7)	-	(2)	(4)
		<b>(64.822)</b>	<b>(3.525)</b>	<b>(20.612)</b>	<b>(37.699)</b>
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(107.222)	(5.831)	(34.094)	(62.358)
		<b>(107.222)</b>	<b>(5.831)</b>	<b>(34.094)</b>	<b>(62.358)</b>

Além da análise de sensibilidade, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

**b) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

**Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.12.2013 e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (BM&F para LTN – 10,65%, CDI/Selic – 11,25%, IPCA – 5,89%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014 e variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 02.01.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2014		
		31.12.2013	Provável	Adverso	Remoto
<b>Ativos financeiros</b>					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	129.683	13.869	10.404	6.940
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	54.648	5.844	4.384	2.925
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.072	115	86	57
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.075.795	181.164	135.873	90.582
		<b>3.261.198</b>	<b>200.992</b>	<b>150.747</b>	<b>100.504</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(648.222)	(72.925)	(91.156)	(109.387)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (a)	(96.394)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI	(1.015.389)	(114.231)	(142.789)	(171.347)
		<b>(1.760.005)</b>	<b>(187.156)</b>	<b>(233.945)</b>	<b>(280.734)</b>

(a) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

**28.2.4 Risco quanto à escassez de energia**

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2013, divulgado anualmente no site [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), as avaliações probabilísticas de análise das condições de atendimento à carga, com base nos riscos de déficit de energia para o Cenário de Referência, indicam adequabilidade ao critério de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco de déficit não superior a 5%) para todos os subsistemas no horizonte 2013/2017. Os riscos de déficit atingem valores de no máximo 3,0% no subsistema Sul e 2,5% no subsistema Sudeste/Centro Oeste e inferiores a 1,0% nos subsistemas Norte e Nordeste, em todo horizonte de estudo.

Em 2013, devido à alterações impostas pela reposição de contratos de energia existente com vencimento em 31/12/2012 através das cotas de energia, com frustração do atendimento ao montante necessário aliada ao fato da não entrada em operação comercial de várias usinas térmicas, contratadas através do 7º leilão de Energia Nova, bem como outros fatores de ordem técnica e climática, a Companhia ficou subcontratada em 112,54 MW médios, e desta forma exposta ao mercado de energia de curto prazo - PLD.

#### 28.2.5 Risco de não renovação das concessões

A Lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei 9.074/2015. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

A Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vencimento em 07.07.2015. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente pela prorrogação. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de concessão ou termo aditivo, por um período de mais 30 anos.

O pedido de prorrogação da concessão de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da MP 579, em 11.10.2012. Para cumprimento das próximas etapas previstas, a Companhia seguirá o calendário de eventos definido pelo Poder Concedente.

### **28.3 Gerenciamento de capital**

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



A estrutura de capital é formada:

- a) pela Dívida líquida, definida como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa, e Títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e
- b) pelo Capital próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

<b>Endividamento</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>Reapresentado</b>
		<b>31.12.2012</b>
Empréstimos e financiamentos	809.438	774.729
Debêntures	1.015.389	1.010.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	247.045	1.126.361
(-) Títulos e valores mobiliários	377	158.837
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.577.405</b>	<b>500.208</b>
Patrimônio líquido	3.366.685	3.535.388
<b>Endividamento do patrimônio líquido</b>	<b>0,469</b>	<b>0,141</b>



**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

## 29 Transações com Partes Relacionadas

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>Controlador</b>						
<b>Estado do Paraná</b>						
Programa luz fraterna (a)	78.987	60.259	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	371	158	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	-	1.384.284	-	-	159.348	188.688
ICMS (NE nº 11.3)	93.245	90.133	223.697	201.925	-	-
<b>Companhia Paranaense de Energia</b>						
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	371.863	-	-
Financiamentos repassados - STN (NE nº 17.1)	-	-	64.815	59.340	-	-
Contrato de mútuo (c)	-	-	-	851.237	(76.153)	(68.938)
Crédito referente à negociação CRC (NE nº 13)	468.317	-	-	-	-	-
<b>Entidades com influência significativa</b>						
<b>Copel Geração e Transmissão S.A. (d)</b>						
Prestação de serviços	397	1.232	-	-	1.837	5.465
Sistema de distribuição	232	298	-	-	4.798	3.554
Energia elétrica para revenda	-	-	10.046	11.832	(93.129)	(96.516)
Rede básica e de conexão	-	-	6.308	11.631	(56.337)	(95.582)
<b>Copel Telecomunicações S.A. (e)</b>						
Prestação de serviços	25	63	-	-	189	260
Aluguel de estruturas	112	104	-	-	1.333	1.247
Serviços de telecomunicações	-	-	2.318	3.296	(36.708)	(37.664)
<b>Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (f)</b>						
Sistema de distribuição	618	911	-	-	9.507	10.392
Prestação de serviços	30	378	-	-	5	228
Energia elétrica para revenda	-	-	18.949	17.659	(218.113)	(206.066)
<b>Pessoal chave da administração</b>						
Honorários e encargos sociais (NE nº 26.3)	-	-	-	-	(949)	(596)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	-	-	-	(76)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
<b>Sercomtel S.A. Telecomunicações (g)</b>	192	179	-	-	2.287	2.142
<b>Fundação Copel</b>						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(3.611)	(5.266)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	-	629.434	461.788	-	-
<b>Lactec (h)</b>	17.895	14.711	384	-	(1.299)	(1.335)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas Leis Estaduais nº 491/2003 e 17.639 de 31.07.2013, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 120 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Companhia.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- b)** Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2013 foi constituída PCLD no valor de R\$ 170 (R\$ 135 em 31.12.2012).
- c)** Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. Em 31.12.2013, o saldo do mútuo foi quitado com a transferência para a Copel de créditos da CRC junto ao Governo do Estado do Paraná, anuída pela Aneel conforme despacho nº 4.222 de 11.12.2013.
- d)** A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- e)** A Companhia mantém com a Copel Telecomunicações contratos de compartilhamento de postes, com vencimento em 27.12.2016, e contrato de prestação de serviços de telecomunicação.
- f)** A companhia mantém com a Elejor contrato de compra e venda de energia e contratos de uso de sistema de distribuição, com vencimento em 07.07.2015.
- g)** Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição.
- h)** O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Companhia, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

## 30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

<b>Apólice</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Riscos nomeados (30.1)	24.08.2014	597.542
Incêndio - imóveis próprios e locados (30.2)	24.08.2014	397.792
Responsabilidade civil - Copel (30.3)	24.08.2014	12.000
Engenharia - Copel (30.4)	24.08.2014	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (30.5)	24.08.2014	apólice por averbação
Riscos diversos (30.6)	24.08.2014	135
Responsabilidade civil para diretores e administradores - D&O (30.7)	30.06.2014	58.565

### 30.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações da Companhia, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

### 30.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos conteúdos de propriedade da Companhia. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

### 30.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

### 30.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



### **30.5 Seguro de transporte**

Garante cobertura para as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações da Companhia.

### **30.6 Riscos diversos**

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice de propriedade da Companhia, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

### **30.7 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O**

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Companhia.

## **31 Conta de Compensação da “Parcela A”**

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396/2010 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Contratos Bilaterais, Itaipu e CCEAR), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, entre outros).



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



A Aneel autorizou a Companhia, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, de 20.06.2013, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2013, reajuste médio de 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste das tarifas e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ 21.967, sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2012-2013, no valor de R\$ 15.780, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 6.187. Após a retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior e do diferimento parcial do reajuste, o efeito desse reajuste foi um aumento médio de 9,55% nas tarifas dos consumidores, conforme Resolução Homologatória nº 1.565, de 09.07.2013.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas demonstrações financeiras os seguintes saldos:

#### **Composição dos saldos da CVA**

	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>CVA recuperável reajuste tarifário 2012</b>				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	14.181	-	-
CDE	-	5.856	-	-
Proinfra	-	5.565	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.356	-	-
Outros componentes financeiros	-	17.312	-	-
	-	<b>44.270</b>	-	-
<b>CVA recuperável reajuste tarifário 2013</b>				
CCC	3.779	1.626	-	1.626
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	917	22.047	-	22.047
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	5	-	-	-
ESS	-	35.860	-	35.860
CDE	-	3.261	-	3.261
Proinfra	5.534	1.037	-	1.037
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	4.614	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.297	-	1.297
Outros componentes financeiros	45.146	35.249	-	35.250
	<b>59.995</b>	<b>100.377</b>	-	<b>100.378</b>
<b>CVA recuperável reajuste tarifário 2014</b>				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	18.587	-	18.587	-
Proinfra	154	-	154	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	71.335	-	71.335	-
Outros componentes financeiros	137.728	-	137.728	-
	<b>227.804</b>	-	<b>227.804</b>	-
	<b>287.799</b>	<b>144.647</b>	<b>227.804</b>	<b>100.378</b>



COPEL

Copel Distribuição S.A.



	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>CVA compensável reajuste tarifário 2012</b>				
CCC	-	363	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	17.871	-	-
ESS	-	18.982	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	9.679	-	-
Outros componentes financeiros	-	24.465	-	-
	-	<b>71.360</b>	-	-
<b>CVA compensável reajuste tarifário 2013</b>				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.062	-	10.062
ESS	684	-	-	-
CDE	2.851	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	41.828	-	41.828
Transporte de energia comprada (Itaipu)	661	-	-	-
Outros componentes financeiros	2.616	22.902	-	22.902
	<b>6.812</b>	<b>74.792</b>	-	<b>74.792</b>
<b>CVA compensável reajuste tarifário 2014</b>				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	3.753	-	3.753	-
ESS	39.610	-	39.610	-
CDE	87	-	87	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	20	-	20	-
Outros componentes financeiros	1.804	-	1.804	-
	<b>45.274</b>	-	<b>45.274</b>	-
	<b>52.086</b>	<b>146.152</b>	<b>45.274</b>	<b>74.792</b>

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Mutação da CVA**

	Saldo em 1º.01.2013	Diferimento	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
<b>Ativo</b>						
CCC	3.252	4.130	(3.948)	345	-	3.779
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	58.275	(3.828)	(15.791)	(565)	-	38.091
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	-	11	(6)	-	-	5
ESS	71.720	(71.165)	-	(555)	-	-
CDE	12.378	(6.267)	(6.109)	(2)	-	-
Proinfa	7.639	9.083	(11.575)	695	-	5.842
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	147.229	(4.614)	4.669	-	147.284
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.950	(2.539)	(1.415)	4	-	-
Outros componentes financeiros	87.811	289.650	(62.458)	5.599	-	320.602
	<b>245.025</b>	<b>366.304</b>	<b>(105.916)</b>	<b>10.190</b>	-	<b>515.603</b>
<b>Circulante</b>	<b>144.647</b>	<b>22.489</b>	<b>(105.913)</b>	<b>3.761</b>	<b>222.815</b>	<b>287.799</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>100.378</b>	<b>343.815</b>	<b>(3)</b>	<b>6.429</b>	<b>(222.815)</b>	<b>227.804</b>
<b>Passivo</b>						
CCC	363	-	(376)	13	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	37.995	(12.970)	(18.643)	1.124	-	7.506
ESS	18.982	83.075	(20.484)	(1.669)	-	79.904
CDE	-	6.059	(2.983)	(51)	-	3.025
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	93.335	(83.475)	(10.105)	245	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.336	(692)	57	-	701
Outros componentes financeiros	70.269	(36.222)	(27.082)	(741)	-	6.224
	<b>220.944</b>	<b>(42.197)</b>	<b>(80.365)</b>	<b>(1.022)</b>	-	<b>97.360</b>
<b>Circulante</b>	<b>146.152</b>	<b>(101.466)</b>	<b>(80.365)</b>	<b>34</b>	<b>87.731</b>	<b>52.086</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>74.792</b>	<b>59.269</b>	<b>-</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(87.731)</b>	<b>45.274</b>

**32 Medida Provisória nº 627/13**

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627 - MP 627, de 11.11.2013 e Instrução Normativa 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN 1422 de 19.12.2013 - IN 1397.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º.01.2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º.01.2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada, contudo aguardará a conversão em Lei da MP 627 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



As conclusões da Administração consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP 627, sendo que em sua conversão em Lei, há a possibilidade de seu texto sofrer alterações e, isto ocorrendo, a interpretação da Administração deverá ser revista, em função do novo texto.

---

Em atendimento à Resolução Normativa nº 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel a partir de 31.03.2014 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, a partir de 30.04.2014.





**KPMG Auditores Independentes**  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º  
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil  
Caixa Postal 13533  
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747  
Fax 55 (41) 3544-4750  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Copel Distribuição S.A.  
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Ênfase**

### ***Reapresentação dos valores correspondentes***

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados, os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Curitiba, 25 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR048555/O-2



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a absorção do prejuízo referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 25 de março de 2014

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

NELSON LEAL JUNIOR

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO